

# Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SERVIDOR PÚBLICO

Governo emplaca medidas, mas adota cautela com proposta ampla ..... 3

O GLOBO - RJ - BRASIL  
SERVIDOR PÚBLICO

Afinal, bônus por resultado funciona? - ANTÔNIO GOIS ..... 5

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estamos reparando anos perdidos e combatendo a raiz da divisão , diz Lula ..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Isenção do IR chega ao Senado sob disputa ..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Incentivos para quem não precisa do Estado - BRUNO CARAZZA ..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Renúncias fiscais de Tarcísio representam 21,7% do orçamento ..... 13

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O alto custo da má representação política (Editorial) ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma ganha chance na esteira da reação à Blindagem ..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Crise do metanol se espalha pelo país ..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Casos confirmados de intoxicação aumentam para 16 ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf mantém autuação milionária da Triunfo ..... 21

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Carta magna - APOSENTADOS ..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Governo nega, mas analistas não descartam mudança da meta fiscal ..... 25

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Atividade esfria, mas 3º trimestre pode ter efeito de estímulo fiscal ..... 31

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Hugo Motta repete 'modelo Lira' ao multiplicar urgências e acelerar votações para conter  
desgaste político

.....	33
PORTAL UOL - REPORTAGEM SEGURIDADE SOCIAL	
Lobista investigado por fraudes no INSS recebeu R\$ 19,2 milhões da JEF.....	35
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Gargalos orçamentários na máquina pública.....	37
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Fundo eleitoral previsto para 2026 é injustificável (Editorial).....	38
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Juros abusivos condenam o Brasil ao atraso (Artigo).....	39
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Ganhos no Tesouro Direto deverão ficar mais magros com queda da Selic.....	40
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Em meio a desafios, Lula aposta em medidas sociais.....	41
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Fiscal expansionista reduz efeito da política monetária, diz estudo.....	43

# Governo emplaca medidas, mas adota cautela com proposta ampla

**DANIEL WETERMAN**

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) emplacou algumas medidas que apoia na reforma administrativa, mas ainda adota cautela com a proposta ampla apresentada na Câmara dos Deputados.

Antecipada pelo Estadão, a reforma estabelece uma tabela única de remuneração para todos os **servidores públicos** do Brasil, obriga uma avaliação dos funcionários por desempenho e acaba com privilégios da elite do funcionalismo, como os chamados super salários.

Entre as propostas que o governo apoia estão o fim dos super salários, a digitalização do Estado, a adesão do Concurso Nacional Unificado (CNU) por Estados e municípios e o Sistema de Desenvolvimento na Carreira (Sidec) - previsto na legislação, mas nunca regulamentado - como parâmetro para avaliação dos servidores.

Por outro lado, há resistências no Executivo a mudanças na base do funcionalismo, como a contratação de temporários - que já sofreu alteração -, indicadores específicos de desempenho para a avaliação dos servidores, teto salarial para as estatais e fim de alguns privilégios, como licenças-prêmio.

A ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, e técnicos da pasta participaram das discussões envolvendo a medida, mas a reforma não foi encampada pelo governo desde o início. Após a divulgação da proposta, na quinta-feira passada, o MGI, responsável pela gestão de pessoas do governo federal, não se manifestou oficialmente.

Um dia antes da apresentação da proposta, Dweck deu algumas pistas sobre o posicionamento do governo. "A gente não é favorável a uma generalização de contratação temporária no serviço público federal", disse, durante o programa Bom Dia, Ministra a uma rede de rádios.

Conforme o Estadão revelou, o grupo de trabalho da reforma na Câmara retirou do texto a contratação de servidores temporários por no mínimo dez anos. "Quando você fala em reforma administrativa, foi um tema muito machucado ao longo do tempo,

principalmente por conta da demonização do servidor público", disse o coordenador do Grupo de Trabalho da reforma na Câmara, Pedro Paulo (PSD-RJ), ao Estadão. "Acredito que eles tenham receio em dizer "somos favoráveis" ainda sem a base dos servidores estar convencida de que não tem redução de direitos."

Dweck deixou claro, por outro lado, que o governo apoia o fim dos supersalários previsto na medida. Em 2024, a equipe econômica tentou limitar a criação de "penduricalhos" à aprovação por lei complementar, mas foi derrotada na Câmara e viu o texto ser desidratado.

A reforma administrativa é mais drástica, pois acaba com as verbas indenizatórias em caráter permanente, extingue penduricalhos pagos acima do teto constitucional (R\$ 46,4 mil), proíbe férias de 60 dias e põe fim à aposentadoria compulsória como penalidade para juízes que cometem faltas graves.

O secretário de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda, Marcos Pinto, também elogiou ontem esse ponto. "Os supersalários que a gente vê nos diversos Poderes, ultrapassando o teto, são um absurdo", disse à GloboNews.

SINDICATOS. Outra preocupação que ronda o governo é a relação com os sindicatos do funcionalismo público, que começaram a se mobilizar contra a reforma e organizam uma manifestação nacional para o dia 29 de outubro, Dia do Servidor Público. Já há críticas dentro do funcionalismo à falta de oposição clara do governo Lula à reforma da Câmara. Usuários do Instagram começaram a lotar os comentários na rede da ministra Esther Dweck, cobrando um posicionamento.

A preocupação aumenta em ano pré-eleitoral, pois muitos sindicatos são simpáticos ao PT. Por outro lado, a reforma foi bem recebida nos círculos empresariais. Especialistas dizem que o texto representa a maior mudança no RH do Estado da história. "A proposta é muito positiva, mas é difícil ser aprovada sem apoio do governo federal. Pode ser que o Executivo não encampe, mas, ao não se posicionar frontalmente contra, aí ela pode caminhar", disse o economista Antonio Lanzana, presidente do Conselho Superior de Economia da Fecomércio-SP e professor da Universidade de São Paulo (USP). "É muito

diferente da isenção do Imposto de Renda, que é extremamente popular. A reforma não é."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Afinal, bônus por resultado funciona? - ANTÔNIO GOIS

**ANTÔNIO GOIS**

Na semana passada, o deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ), coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa na Câmara, finalizou a Proposta de Emenda à Constituição sobre o tema. Um dos aspectos previstos é o pagamento de bônus por desempenho a **servidores públicos**. O texto cita uma revisão de literatura feita pelo Banco Mundial em 2012, e destaca como principal conclusão que a estratégia "pode gerar efeitos diretos positivos em áreas com resultados mensuráveis, como ensino, saúde e arrecadação". Esse "pode" na frase anterior merece muita atenção. Em educação, estudos mais recentes mostram que a eficácia -em termos de melhoria do desempenho dos alunos -dessas políticas varia muito, com resultados gerais inconclusivos.

Um artigo publicado em 2020 na revista científica da Associação Americana de Pesquisadores em Educação, "Teacher merit pay: a meta-analysis", por exemplo, compilou resultados de 37 estudos nos Estados Unidos e identificou efeitos positivos, mas com ressalvas importantes. Os resultados só foram significativos nos anos iniciais do ensino fundamental, e esses efeitos vão se perdendo ao longo do tempo, à medida que a política é naturalizada pela rede. A mais importante conclusão do estudo, porém, é de que essa política só funciona quando faz parte de uma estratégia mais ampla de apoio ao desenvolvimento profissional.

Como sempre, há de se ter cuidado ao extrapolar esses resultados para o contexto brasileiro. Uma distinção importante é que, por aqui, o formato mais comum é de bonificação por resultados da escola, enquanto, nos Estados Unidos, a mensuração é feita por professor. Uma síntese de evidências no tema, elaborada em 2021 pelos pesquisadores Luiz Guilherme Scorzafave e Amanda Corrêa Vasco para a associação D3E, destaca essa e outras limitações. Uma das conclusões dos autores é que "apesar de as primeiras políticas de bonificação das redes estaduais brasileiras terem quase 15 anos, há poucos estudos avaliando a eficácia desse instrumento para a melhora do aprendizado dos alunos" e que "a conclusão baseada nas pesquisas científicas é de que os resultados são incertos."

A bonificação aos professores por resultados dos

alunos em testes de aprendizagem, porém, é apenas um dos possíveis (e mais controversos) critérios de avaliação docente. O livro "Avaliação docente ao redor do mundo" -lançado no mês passado no Brasil e organizado pelos pesquisadores chilenos Jorge Manzi, Yúlan Sun e Maria Rosa Garcia -detalha como funcionam os sistemas de avaliação em dez países ou distritos escolares.

Os modelos variam muito. Por exemplo, há países em que a avaliação é apenas formativa (serve principalmente como feedback para o aprimoramento), enquanto outros apostam no modelo somativo, com mensuração de resultados vinculados ao salário ou progressão na carreira. Também há políticas que se baseiam no resultado de testes de alunos, enquanto outras são ancoradas principalmente na observação do trabalho dos professores em sala de aula. Em alguns países, essas modalidades coexistem no mesmo modelo, junto a outras estratégias.

Ao participar de uma mesa-redonda, no mês passado, na XIII reunião da Associação Brasileira de Avaliação Educacional, Jorge Manzi, um dos arquitetos do modelo de avaliação docente no Chile, argumentou que a avaliação do professor apenas pelo resultado dos alunos em testes é injusta e ineficaz. Para ele, deve-se combinar diferentes elementos, de preferência pactuados com os professores, e sempre vinculados a políticas de apoio ao desenvolvimento profissional constante.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Estamos reparando anos perdidos e combatendo a raiz da divisão, diz Lula

## **Correio Braziliense**

Em meio à entrega de 2.837 lares do Residencial Canto da Serra em Imperatriz, o maior obra do Minha Casa Minha Vida - Faixa 1 do país, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva conversou com O Imparcial sobre sua agenda no Maranhão e a política nacional.

Lula enfatizou que a retomada da obra paralisada desde 2016 é um ato de "justiça" e criticou o desmonte do programa. Questionado sobre a pacificação do Brasil, o presidente afirmou que o caminho é o combate à desigualdade social e citou o aumento do salário mínimo, a mudança na tabela do IR e o recorde no emprego.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Presidente, qual a importância dessa vinda ao Maranhão para essa entrega de unidades habitacionais para a população de Imperatriz e para o desenvolvimento da região Tocantins, que enfrenta forte demanda por moradia?

Estamos trazendo justiça para a população de Imperatriz e revertendo uma coisa muito triste que aconteceu na cidade: em 2012, o Minha Casa, Minha Vida iniciou a implantação do Residencial Canto da Serra, mas a sua construção foi paralisada em 2016. Com isso, o sonho da casa própria para milhares de famílias acabou se transformando em decepção. Felizmente, conseguimos retomar as obras depois do início de meu mandato e agora estamos entregando 2.837 lares para famílias que realmente precisam - e merecem - se ver livres do aluguel e terem uma casa para chamar de sua.

Investimos, ao todo, R\$ 358 milhões neste residencial, e mais da metade das casas serão entregues, sem custo, para beneficiários do Bolsa-Família e do Benefício de Prestação Continuada. Estou falando de gente que, com a segurança que a casa própria oferece, passa a ter a tranquilidade para sonhar mais alto, criar e educar seus filhos e até mesmo procurar melhores oportunidades de emprego e renda. Trabalhadoras e trabalhadores que, com seus direitos mais básicos atendidos, poderão contribuir ainda mais para o desenvolvimento da cidade e da região.

O Minha Casa, Minha Vida voltou com novas faixas de financiamento e subsídios. Quais são as metas do governo para o Maranhão e o Nordeste, e de que forma esses investimentos pretendem reduzir o déficit habitacional no país?

Desde que retomamos o Minha Casa Vida, Minha Vida em janeiro de 2023, o programa contemplou mais de 441 mil moradias no Nordeste, com valor total de R\$ 53,87 bilhões. No Maranhão, são 70,2 mil moradias contratadas, com investimentos de R\$ 7,3 bilhões.

Se olharmos para o Brasil todo, o Minha Casa, Minha Vida já contemplou mais de 1,8 milhão de moradias desde sua retomada, em 2023, com investimentos totais de R\$ 283 bilhões. O que me deixa indignado é que, desde que a presidenta Dilma Rousseff deixou o Palácio do Planalto, em 2016, o programa foi desmontado, e só retomado com vigor a partir de 2023. Perdemos preciosos anos. Mas estamos reparando isso, inclusive com a retomada da construção de quase 200 mil casas em várias regiões do país cujas obras foram abandonadas no governo anterior, como é o caso do Residencial Canto da Serra em Imperatriz.

A retomada do Minha Casa, Minha Vida veio acompanhada de muitas novidades. Aumentamos o subsídio para quem tem menor renda. Criamos uma linha nova, pensando na classe média, para famílias com renda de até R\$ 12 mil. Agora, vamos lançar um programa para as famílias que já têm a casa própria contarem com um bom financiamento para reforma, para ampliação, para a construção de mais um quarto ou banheiro. E seguiremos investindo na política habitacional porque ela garante o sagrado direito de um teto para as pessoas - e também movimenta nossa economia, gerando empregos em toda a cadeia da construção civil.

Diante de um país dividido por razões políticas/econômicas/sociais, sabendo da sua reconhecida capacidade de articulação, como o senhor pretende conduzir a pacificação política no Brasil de forma a reduzir as tensões sociais regionais, especialmente a histórica desigualdade entre ricos e pobres que ainda divide o país?

Estamos enfrentando e diminuindo a raiz de todas as divisões: a desigualdade social, que faz uns poucos

acumularem muita renda, enquanto muita gente fica sem oportunidades ou mal consegue garantir a alimentação básica para sua família. Tiramos mais uma vez o Brasil do Mapa da Fome. Elevamos a renda do trabalhador, reajustando o salário mínimo acima da **inflação**. E começamos a colecionar recordes, como o do menor nível de desemprego: 5,6% em agosto.

Também combatemos a desigualdade ao corrigir as injustiças do Imposto de Renda. Atualizamos a tabela de isenção do IR, que ficou seis anos congelada. Agora, a Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, o projeto enviado pelo nosso Governo que zera o imposto de renda para todas as pessoas que ganham até R\$ 5 mil por mês e reduz a cobrança para as que recebem um pouco mais, até R\$ 7.350. Em troca, quem tem renda bem maior, mas não era obrigado a pagar um valor mínimo, contribuirá um pouco mais.

Acredito que nossa sociedade e nossas instituições estão compreendendo melhor, a cada dia, a importância de termos um país com justiça social. E é esse o maior legado que podemos deixar para as gerações que virão.

No atual cenário de tensões entre os Poderes e diante das crises políticas recentes, de que forma o senhor acredita ser possível promover a pacificação do Brasil e o equilíbrio democrático entre as instituições da República?

O primeiro passo é proteger o que a Constituição determina: os poderes da República são livres, harmônicos e independentes. Todo mundo viu o que aconteceu quando um antigo presidente usou seu cargo para desafiar e afrontar decisões do Judiciário e brigar com o Congresso. Muitos dos problemas que vivemos hoje têm origem justamente nessa falta de respeito, nas mentiras e nos discursos de ódio que não trouxeram nada de bom para o país. Isso tudo precisa ficar no passado.

Pela primeira vez desde a Proclamação da República, o STF condenou aqueles que tentaram tomar o poder por meio de um golpe de estado, deixando um recado muito forte para que ninguém nunca mais se atreva a fazer isso. O Tribunal conduziu um processo justo, sem falhas e cheio de provas e, o que é mais importante: não se dobrou a qualquer tipo de interferência que não seja a Lei e Constituição.

Mantenho uma relação republicana e muito produtiva com o Congresso, e isso permite que as pautas mais importantes para o povo brasileiro sejam votadas e aprovadas. Foi assim com a **reforma tributária**, que estava parada há 40 anos. Com as leis que permitiram a ampliação do Mais Médicos e do Bolsa-Família . E,

há pouco, com a Lei que protege as crianças e os adolescentes dos crimes na Internet.

O tempo do ódio, de presidente brigando com governador, deputado ou prefeito, acabou. E é com essa normalidade democrática que o Brasil vai mostrar que as pessoas podem e devem disputar opiniões e pontos de vista, mas que dá para fazer isso sem perder a civilidade.

Por fim, Presidente, há obras importantes do governo federal em andamento na capital. Podemos esperar em breve a sua presença em São Luís para acompanhar de perto o andamento e até entregas?

Estive no ano passado em São Luís e tenho muita vontade de retornar. Digo isso porque temos vários empreendimentos na cidade, como é o caso da expansão da avenida Litorânea, com investimentos de R\$ 237 milhões. No PAC Seleções, estamos apoiando a construção de 4 creches e escolas de educação infantil, a urbanização de duas favelas com o Periferia Viva, a renovação da frota do SAMU. Além disso, estamos reequipando Unidades Básicas de Saúde e construindo uma nova UBS, entre outras ações.

O Novo PAC, como um todo, está investindo R\$ 13,8 bilhões diretamente no estado do Maranhão. Se a esses valores foram somados outros investimentos que incluem mais de um estado além do Maranhão, eles chegam a R\$ 46,1 bilhões.

Além dos recursos do PAC, o estado também recebe outras ações do governo federal. Entre eles, quatro novos campi do Instituto Federal, para levar a educação técnica e profissionalizante aos jovens maranhenses. O Pé-de-Meia está garantindo a 231,5 mil alunos do estado a oportunidade de seguir cursando o ensino médio sem precisarem correr atrás de um emprego. E aumentamos de 730 para 1,2 mil o número de profissionais do Mais Médicos .

Ao unirmos o investimento à oferta dos programas a que a população tem direito, o resultado é um só: uma vida mais digna e mais cheia de oportunidades para os maranhenses. E é isto que está ocorrendo: o IBGE confirmou, que entre anos de 2022 e 2024 a renda domiciliar média no estado cresceu em 20% acima da **inflação**. Isso foi mais do que o crescimento da média nacional, que marcou 16,8%. Uma vitória para todo o Maranhão e seu povo extraordinário.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Diante de um país dividido por razões políticas/econômicas/sociais, sabendo da sua reconhecida capacidade de articulação, como o

senhor pretende conduzir a pacificação política no Brasil de forma a reduzir as tensões sociais regionais, especialmente a histórica desigualdade entre ricos e pobres que ainda divide o país?

No atual cenário de tensões entre os Poderes e diante das crises políticas recentes, de que forma o senhor acredita ser possível promover a pacificação do Brasil e o equilíbrio democrático entre as instituições da República?

Por fim, Presidente, há obras importantes do governo federal em andamento na capital. Podemos esperar em breve a sua presença em São Luís para acompanhar de perto o andamento e até entregas?

**Site:**

**<https://www.correio braziliense.com.br/politica/2025/10/7263725-lula-destaca-combate-a-desigualdade-em-imperatriz.html>**

# Isenção do IR chega ao Senado sob disputa

**ISRAEL MEDEIROS**

A aprovação unânime da isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil na Câmara jogou os holofotes para o Senado.

A pauta, que tem amplo apoio popular e renderá pontos políticos aos envolvidos na aprovação, precisa ser aprovada até o fim deste ano para passar a valer em 2026. A aprovação, no entanto, vai enfrentar, no mínimo, dois empecilhos: um é a briga pelo protagonismo da pauta; outro é a discussão sobre a compensação da isenção até R\$ 5 mil, que ficou na conta dos super-ricos.

No caso do primeiro problema, quem tenta invocar para si o protagonismo da questão é o senador Renan Calheiros (MDB-AL), que pode ser o relator do texto no Senado.

O congressista é um rival de longa data do contrerrâneo Arthur Lira (PP-AL), que relatou o texto na Câmara, e fez diversas provocações ao contrerrâneo nas últimas semanas. O ápice dessa disputa foi há duas semanas, quando Renan conseguiu aprovar, na comissão que preside (Comissão de Assuntos Econômicos), um texto idêntico ao do rival, relatado por ele mesmo. A proposta é de 2019 e foi apresentada pelo senador Eduardo Braga (MDB-AL).

O movimento ligou um alerta na Câmara, que havia aprovado o texto de isenção do IR em uma comissão especial ainda em julho.

O presidente Hugo Motta (Republicanos- PB) vinha dizendo que o texto seria pautado quando estivesse maduro para ser discutido.

Desde então, no entanto, diversas turbulências na Casa Baixa tiraram o foco da discussão - para o descontentamento do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, principal interessado na pauta. Houve motim de bolsonaristas em prol da anistia, votação do PL da Adulteração, tarifas dos Estados Unidos a produtos brasileiros e a PEC da Blindagem, que virou prioridade da noite para o dia para agradar o Centrão.

Quando a CAE do Senado se movimentou, Motta ficou sem alternativa.

Lira apresentou seu parecer aos líderes da Câmara e o presidente da Casa, com aval dos líderes, marcou a data da votação.

Calheiros não deixou barato: disse que a Casa Baixa só avançou com a pauta porque o Senado pressionou.

Em suas redes sociais, Calheiros, que é aliado do governo Lula, tem dito repetidamente que a Câmara demorou demais ao analisar tema e foi seu esforço que motivou a aprovação na Câmara.

"Após o Senado aprovar a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e gradativamente para quem ganha até R\$ 7.350, a Câmara dos Deputados foi obrigada a desengavetar uma proposta igual à proposta do presidente Lula, que é idêntica à proposta que o Senado aprovou", disse em um vídeo publicado na última sexta-feira. O texto, no entanto, é o mesmo que o Executivo enviou à Câmara em março e não estava engavetado, como disse o senador.

As falas tinham endereço: Arthur Lira, que, segundo apurou o Correio, tem demonstrado irritação com as provocações do senador, mas escolheu não respondê-lo publicamente para evitar dar mais atenção a ele.

Já o presidente Hugo Motta respondeu às provocações na sexta.

Disse que a Câmara cumpriu o cronograma e negou que ela tenha sido pressionada por quem quer que seja a acelerar a análise.

"Nós cumprimos esse cronograma.

Não adianta querer dizer que nós votamos a matéria da isenção de Imposto de Renda por causa disso ou por causa daquilo. Não, nós cumprimos o calendário que foi pré-estabelecido. E quando eu disse que a matéria iria ao plenário quando estivesse madura para ir, é porque enquanto presidente, eu tenho o termômetro das lideranças para entender quando é o momento certo para levar essa matéria e a aprovação por unanimidade, até sem destaques votados, nós tivemos condição de demonstrar ao Brasil o compromisso com uma pauta tão importante", disse o presidente da Câmara à GloboNews.

Tramitação rápida Apesar da briga política, que envolve também um clima de pouca amistosidade entre Câmara e Senado desde que a Casa Alta derrubou a PEC da Blindagem, a avaliação de senadores governistas e também de oposição é de que o tema vai avançar rapidamente. O líder do

governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), espera que a votação no Senado se dê até novembro.

"Tem que passar rápido, porque o brasileiro não quer pagar imposto no ano que vem. Nossa expectativa é de que, até novembro, a gente possa votar aqui. No máximo, no começo de novembro", disse o senador a jornalistas na última quinta-feira.

Do lado da oposição, senadores também veem caminho livre para a proposta. A forma de compensação, no entanto, deve ser alvo de questionamentos. O projeto relatado por Arthur Lira prevê um imposto de 10% para quem ganha mais de R\$ 1,2 milhão por ano e também inclui a tributação de lucros e dividendos distribuídos por empresas a acionistas a partir de 2026. Esses dois pontos são alvo de resistência de lobbies ligados a empresários e de congressistas simpáticos aos interesses desse grupo.

O deputado Marcel van Hattem (Novo-RS), por exemplo, disse na última semana que seu partido pretende lutar no Senado para mudar o texto e eliminar as novas cobranças de **impostos** para os super ricos. Segundo ele, o governo - que desde 2023 tenta ajustar as contas públicas - precisa se readequar.

"Batalharemos no Senado para que a redução de **impostos** para uns não signifique aumento de **impostos** para outros. O governo Lula tem desperdiçado muito dinheiro e precisa cortar na própria carne", afirmou. O Novo, no entanto, só tem um senador: Eduardo Girão (CE).

#### Reforma do Imposto de Renda

Confira os principais pontos do texto

- » Isenção total para quem ganha até R\$ 5 mil;
- » Desconto progressivo para quem ganha até R\$ 7.350;
- » Imposto mínimo de 10% para quem ganha mais de R\$ 1,2 milhão por ano;
- » Taxação de 10% em lucros e dividendos (hoje isentos) acima de R\$ 50 mil enviados ao exterior;
- » Repasse de recursos a municípios por parte da União para compensar eventuais perdas de receitas;
- » Mecanismo para evitar bitributação com IR e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

Os próximos passos

» Após passar pela Câmara, o texto segue para análise no Senado.

» Para que passe a valer em 2026, o projeto precisa ser aprovado e sancionado até dezembro.

» Caso os senadores alterem o texto, ele volta à Câmara.

#### Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7885/06-10-2025.html?all=1>

# Incentivos para quem não precisa do Estado - BRUNO CARAZZA

## BRUNO CARAZZA

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "O País dos Privilégios (volume 1) e "Dinheiro, Eleições e Poder", ambos pela Companhia das Letras. Escreve às segundas-feiras E-mail [bruno.carazza@gmail.com](mailto:bruno.carazza@gmail.com)

O sistema financeiro brasileiro está em polvo rosa - e não apenas pelo enroladíssimo Banco Master ou pelas investigações indicando que o PCC está infiltrado na Faria Lima. Fintechs e bancos 100% digitais vêm abocanhando fatias expressivas de um negócio antes dominado pelos bancos tradicionais, públicos e privados.

De acordo com o Relatório de Economia Bancária do Banco Central, o número de clientes ativos no sistema bancário passou de 77 milhões em junho de 2018 para 152 milhões em dezembro de 2023 (dado mais recente). Nesse período, a participação de mercado dos cinco maiores bancos (Caixa, Bradesco, Itaú, Banco do Brasil e Santander) foi reduzida de mais de 60% para menos de 45% do total. Enquanto isso, surfando na tecnologia e no pix, instituições como Nubank, PicPay, MercadoPago, Inter, PagSeguro e outros bancos digitais saíram do zero para deter mais de 35% do mercado.

Essa pressão competitiva sentida pelos bancos tradicionais gerou uma queixa nos negócios e nos bastidores. Na semana passada, a Febraban divulgou estudo da consultoria Oliver Wyman demonstrando que a concorrência trazida pelas fintechs não foi capaz de reduzir o custo de crédito no país. "Esses benefícios ainda não chegaram, em termos de preços, de juros cobrados. Os incentivos regulatórios (para as fintechs] precisam resultar em benefícios para o consumidor", declarou o presidente da Febraban, Isaac Sidney, para o repórter Álvaro Campos, na edição de 29/09 do Valor.

A queixa da Febraban, entidade dominada pelos grandes bancos, mira o Banco Central, que optou por exigir regras presenciais mais flexíveis para bancos digitais visando, assim, promover uma maior concorrência na oferta de crédito e no provimento de serviços bancários.

Acontece que há um outro conjunto de incentivos, de

natureza tributária, que sangra o orçamento público e enche os cofres não apenas das fintechs, mas principalmente dos bancos tradicionais, em nome da inovação tecnológica.

Um dos maiores méritos da gestão de Fernando Haddad no Ministério da Fazenda foi obrigar as empresas a declararem ao Fisco o montante dos benefícios tributários que usufruem. A Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades (Dirbi) tornou-se obrigatória em 2024 e tem revelado que o governo abre mão de muito mais recursos do que a própria **Receita Federal** imaginava. Conforme os dados atuais, o montante de benesses tributárias pode superar R\$ 800 bilhões em 2025, e não os já assombrosos R\$ 550 bilhões previstos na legislação orçamentária.

A maior parte desses benefícios é concedida sob a justificativa de se alcançar algum objetivo meritório. A inovação tecnológica é um deles. Dos 88 programas hoje abarcados pela Dirbi, 13 se relacionam a projetos de tecnologia, de informática a patentes e cultivares. No acumulado de 12 meses até fevereiro deste ano, o governo deixou de arrecadar R\$ 15,5 bilhões em **impostos** e contribuições atrelados a atividades de inovação.

A grande surpresa revelada pela Dirbi é que boa parte dos incentivos para inovação vem sendo utilizada por bancos. Instituições financeiras são responsáveis por 28,3% de todo o volume de benefícios para desenvolvimento tecnológico no Brasil, muito à frente da indústria farmacêutica (8%) e automobilística (7,6%), que vêm em seguida.

Quando olhamos o ranking das empresas beneficiadas, o pódio é dominado por três instituições financeiras. Bradesco, Porto Seguro e PagSeguro deixam de pagar, juntos, mais de R\$ 2 bilhões em **impostos** a título de inovação por ano - valores bastante superiores aos apropriados por gigantes industriais como Stellantis e Embraer.

Não há dúvidas de que a revolução tecnológica observada no setor financeiro trouxe vantagens para clientes e mesmo para o país. A grande pergunta é se o Estado brasileiro precisa dar R\$ 4,4 bilhões por ano para que bancos e fintechs desenvolvam tecnologias que certamente seriam adotadas sem apoio do

governo, movidas simplesmente pela acirrada concorrência vigente no setor.

Rever os RS 800 bilhões de gastos tributários é necessários não apenas para aliviar nossa grave situação fiscal, mas para que os incentivos governamentais sejam direcionados para quem precise e de acordo com os interesses estratégicos do país.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20251006>

# Renúncias fiscais de Tarcísio representam 21,7% do orçamento

*Lilian Venturini e Christiane Agostine De São Paulo*

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), prevê R\$ 83,05 bilhões em renúncias fiscais em 2026, segundo a proposta de lei do Orçamento enviada à Assembleia Legislativa paulista. O valor que deixará de ser arrecadado pela gestão estadual equivale a 21,7% das receitas totais previstas para o próximo ano, de R\$ 382,3 bilhões.

O governo paulista reduziu a previsão de isenções em relação aos R\$ 85,6 bilhões aprovados na lei de diretrizes orçamentárias (LDO) em julho. Apesar da redução, o montante ainda fica acima dos 20% das receitas, a exemplo do que foi registrado no orçamento de anos anteriores.

A revisão dos benefícios fiscais concedidos no Estado foi incluída pela gestão Tarcísio no plano "São Paulo na Direção Certa", lançado em maio de 2024 com a promessa de modernizar a gestão e reduzir gastos. Para a oposição, porém, o valor que o Estado deixa de receber continua alto e há poucas informações sobre a eficácia desse tipo de medida.

Em 2023, o orçamento elaborado pelo antecessor João Doria (sem partido) previu R\$ 85,1 bilhões em isenções, o equivalente a 26% da receita calculada para aquele ano - foi mais do que os 22,4% registrados em 2022. Em 2024, ano do primeiro orçamento elaborado pela equipe econômica de Tarcísio, o percentual caiu para 20%. Em 2025, as renúncias representaram 20,5% das receitas, segundo o projeto aprovado pelos deputados. Para 2026, o percentual voltou a subir, ainda que em valores nominais tenha diminuído.

O valor que o Estado renuncia refere-se a isenções ou reduções de três **impostos**: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IP-VA) e Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD). O maior montante é proveniente do ICMS, que em 2026 somará R\$ 76,1 bilhões. O valor renunciado em IP-VA será de R\$ 6,6 bilhões e em ITCMD, de R\$ 309,2 milhões.

As renúncias, a título de comparação, ultrapassam os orçamentos da gestão paulista para saúde e educação em 2026. As duas secretarias, somadas, terão R\$ 71

bilhões, R\$ 12 bilhões a menos que o total previsto em benefícios fiscais.

Para o próximo ano, ao mesmo tempo em que a política de benefícios fiscais segue em patamar equivalente a de outros orçamentos, a atual gestão demonstra preocupação com arrecadação em 2025 e 2026. A estimativa de receita projetada é inferior à aprovada para este ano (corrigida pela **inflação**).

Questionado sobre o impacto das renúncias para os cofres do Estado, o secretário-executivo estadual da Fazenda e Planejamento, Rogério Campos, diz que a gestão já promoveu uma revisão nos benefícios fiscais e que a redução do valor, registrada no projeto orçamentário, é um reflexo dos cortes de parte das isenções tributárias feitas pelo governo entre 2024 e 2025.

"Revisamos mais de 200 benefícios fiscais e cortamos mais de 80. O impacto dessa redução é de R\$ 10 bilhões", diz Campos. "Essa revogação vai começar a aparecer agora. Tem um 'gap' (intervalo) de um a dois anos para começar a aparecer [nas contas públicas]", afirma o secretário-executivo. Segundo a Secretaria da Fazenda e Planejamento, dos 263 benefícios vigentes, 84 incentivos foram extintos e outros 17 foram ajustados.

Campos afirma que parte dos benefícios fiscais tem "fruição social" e cita como exemplos os alimentos da cesta básica, que correspondem a maior isenção fiscal do Estado, e medicamentos para tratamento de câncer. "Nem todo benefício tributário é ruim", diz o secretário-executivo.

A oposição ao governo Tarcísio, no entanto, reclama da falta de transparência sobre as isenções e afirma não ter acesso à lista completa dos contemplados. O deputado estadual Paulo Fiorilo (PT) afirma que não é possível saber se todos os benefícios concedidos são, de fato, justificáveis. "É uma caixa preta", afirma Fiorilo.

Os recursos e cálculos apresentados por Tarcísio para o orçamento de 2026 ainda podem mudar no decorrer da tramitação do projeto de lei na Assembleia, mas os deputados não costumam alterar de forma substancial o cenário desenhado pelo governo.

A política de isenção fiscal em vigor no Estado é antiga e é alvo frequente de questionamentos e ressalvas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-SP). O governador recebeu observações semelhantes nos dois relatórios já aprovados pelo órgão sobre os exercícios de 2023 e 2024. O relatório mais recente do TCE-SP, de junho desse ano, além de ressalvas, propôs determinações e recomendações ao governo sobre o tema.

O TCE-SP mencionou as medidas adotadas pela atual gestão, mas ponderou que há "concentração significativa" dos benefícios em grupo restrito de setores e que persiste a ausência de informações que atestem a eficácia desse tipo de política.

Rogério Campos reiterou a relevância da revisão já feita. Segundo a Fazenda, sem os ajustes já promovidos as renúncias chegariam a R\$ 88 bilhões em 2026.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20251006>

# O alto custo da má representação política (Editorial)

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso aprovou um Fundo Eleitoral de R\$ 4,96 bilhões para 2026, ano de eleições gerais no País. O valor pode ser espantoso, mas não surpreendente. Afinal, sempre que o assunto é o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, deputados e senadores dos mais distintos matizes ideológicos se unem na desfaçatez e encontram rápida convergência para preservar seus interesses corporativos.

A ladainha é sempre a mesma: "A democracia tem um custo". Os defensores do modelo público de financiamento das legendas e das campanhas repetem esse argumento ad nauseam com ares de truísmo moral. Ora, de fato, em qualquer país, a democracia impõe custos.

O problema aqui está em saber se a dinheirama dos contribuintes que é deslocada arbitrariamente de áreas vitais a seus interesses - como saúde, educação e segurança pública - para as legendas tem se revertido em ganhos reais para a sociedade. A resposta é obviamente negativa.

A qualidade do "produto" que os cidadãos recebem em troca do vultoso investimento público na atividade partidária é indigente. O Congresso não se cansa de mostrar que está divorciado das angústias mais prementes da população.

Em vez de se dedicar à formulação de políticas públicas capazes de melhorar a vida concreta dos brasileiros, dedica-se a ampliar seu poder sobre o Orçamento da União, por meio de emendas suspeitíssimas, e a engendrar mecanismos de autoproteção contra investigações criminais por eventuais desvios desses recursos, entre outros crimes. A famigerada PEC da Bandidagem, aprovada na Câmara, só foi enterrada no Senado porque a sociedade ergueu sua voz contra a sem-vergonhice nas ruas. Mas, mesmo derrotada, a proposta segue viva como um símbolo eloquente dessa profunda desconexão entre representantes e representados da qual o Fundo Eleitoral bilionário é mais uma expressão.

Se é público o financiamento das campanhas eleitorais desde a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, corretamente, proibiu as doações de empresas, em 2015, seria razoável esperar que isso se

traduzisse em fortalecimento da democracia representativa.

Mas não foi o que aconteceu. O modelo apenas garantiu conforto financeiro às lideranças partidárias, que, a um só tempo, deixaram de bater à porta de grandes empreiteiros e não precisam convencer os eleitores a sustentá-las. Sem a premência de lutar por seus meios de sobrevivência, os partidos políticos tornaram-se máquinas burocráticas autocentradas que se alimentam de recursos públicos líquidos e certos, desobrigados de pôr a mão na consciência e entender por que, afinal, as doações privadas de cidadãos comuns são tratadas como utopia no Brasil.

Juridicamente, os partidos políticos são entidades privadas. Como tais, devem ser bancadas por doações voluntárias de cidadãos que compartilham de seus valores e projetos. Essa lógica elementar foi distorcida. Obriga-se todo contribuinte a financiar agremiações às quais não apenas não se filiou, mas muitas vezes se opõe. Nada mais perverso para uma democracia representativa do que forçar um cidadão a sustentar com seus **impostos** forças políticas das quais discorda, quando não repudia.

A democracia, esse regime tão custoso, dirão, não se resume à realização de eleições regulares - vive permanentemente de sua legitimidade. Quando os cidadãos percebem que suas vidas, seus problemas cotidianos e seus anseios para o Brasil não estão refletidos na política institucional, a confiança na democracia como único meio civilizado para a concertação dos interesses sociais se deteriora. E esse divórcio entre Congresso e sociedade alimenta o descrédito nas instituições que, no limite, abre espaço para aventuras autoritárias.

Não se trata aqui de defender o retorno das doações de empresas, que de fato distorciam o processo político ao equiparar pessoas jurídicas a cidadãos.

Mas os parlamentares precisam pôr a mão na consciência - acreditando-se, é claro, que tenham uma. Se a democracia tem custo, o preço que a sociedade tem pago é demasiado alto para a baixa qualidade de sua representação política. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Reforma ganha chance na esteira da reação à Blindagem

**Maria Cristina Fernandes De São Paulo**

Depois de colaborar para a unanimidade com a qual a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil por mês foi aprovada na Câmara, o repúdio à PEC da Blindagem está para mover mais uma montanha em Brasília. Trinta anos após as últimas mudanças na máquina burocrática do país promovidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, a reforma administrativa tem uma chance de sair do papel.

Se o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-DF), já carecia de uma reforma para chamar de sua, a exemplo de antecessores como Rodrigo Maia (previdenciária e trabalhista) e Arthur Lira (PP-AL), que conduziu a **reforma tributária**, a péssima repercussão da PEC da Blindagem o empurrou ainda mais nesta direção.

No mesmo rumo estão os parlamentares que, ao longo de 45 dias, compuseram o Grupo de Trabalho da reforma cujo relatório final foi entregue na quinta-feira, 1 -de outubro: um calhamaço de 520 páginas com 70 indicações de mudanças a serem agrupadas em uma proposta de emenda constitucional (PEC), um projeto de lei complementar e um projeto de lei.

Dos 16 integrantes do GT, dez votaram pela blindagem. Na carta na qual encaminha o texto a Motta, o coordenador do GT, deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ), justifica a reforma com o mesmo repúdio popular que encheu as ruas em 21 de setembro: 72% acham que um serviço público profissionalizado combate a corrupção e 83% rejeitam privilégios (dados do Datafolha).

A indignação não é apenas das mas, mas dos próprios servidores com as desigualdades dentro do serviço público. "Não é possível enfrentar essa boa maré do governo sem ser propositivo", conclui Pedro Paulo, que deve ser o relator da PEC, numa leitura alargada do regimento dado seu papel na confecção da proposta.

A ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, ainda não se pronunciou sobre o texto, mas tem convergido com mudanças na administração pública federal pela racionalidade da prestação de serviços. O clima de basta aos privilégios e cartórios embala propostas

como a do ministro dos Transportes, Renan Filho, de pôr fim à obrigatoriedade da autoescola. O relatório não inclui a quebra da estabilidade, mas, como diz o consultor Luiz Alberto dos Santos, da Diálogo Institucional, a extinção da exigência do regime jurídico único permite a ampliação de regimes de contratação sem esse dispositivo.

Contribui ainda para o clima em que a reforma tramitará a abertura do novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fa-chin, também presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão regulador da magistratura, a mudanças que aproximem o judiciário aos valores da Constituição que é destinado a defender. "A diretriz será a austeridade", disse, no seu discurso de posse.

Além de Fachin no STF, Henuan Benjamin (STJ), Luiz Philippe Vieira de Mello (TST) e Maria Elizabeth Rocha (STM) compõem o que o professor de Direito da USP, Contado Hubner Mendes, chamou de "o quadrado mágico das Cortes Superiores", por abrigar juízes sem pendores magistocráticos.

Isso não significa que não haverá reação do Judiciário, Poder que concentra supersalários e verbas indenizatórias. Tanto que Pedro Paulo reuniu-se com os 27 procuradores-gerais de Justiça do país, os seis presidentes de Tribunais Regionais Federais, os sete presidentes dos Tribunais de Justiça que compõem o conselho da corporação e ainda com as principais entidades das carreiras do Judiciário. Deles, diz, ainda não recebeu nenhuma proposta.

Entre os vespereiros estão o fim das férias de 60 dias, a tabela remuneratória única para cargos equivalentes em todo o serviço público, o adicional de férias superior a um terço da remuneração e aquele por tempo de serviço, além da limitação da verba indenizatória (auxílio moradia, saúde ou alimentação) a 10% do teto remuneratório. Dado citado no relatório e atribuído a Bruno Carazza, colunista do Valor e autor de "O país dos privilégios" (Cia das Letras, 2024), registra RS 11,1 bilhões, além do teto constitucional, pagos a carreiras judiciárias em 2023.

Do Judiciário e do Legislativo nos Estados e municípios, ainda se prevê uma forte reação contra a limitação no aumento de gastos pela mesma regra imposta no âmbito federal, o arcabouço fiscal. Hoje

esses poderes têm uma limitação definida pela receita dos entes federativos, o que, nas contas de Pedro Paulo, permite que a dotação de um gabinete na Câmara de Vereadores do Rio seja o triplo daquele de um deputado federal.

A proposta não põe fim aos honorários de sucumbência da Advocacia-Geral da União, mas impede que carreiras que estão no topo remuneratório do país - além da AGU, Defensoria Pública e Ministério Público - obtenham vantagens remuneratórias por decisões administrativas. Os salários de entrada são limitados a 50% daquele de saída para permitir uma progressão de carreira que não dependa de penduricalhos.

O prazo é apertado para uma reforma administrativa que, nas últimas vezes em que foi tentada, enfrentou obstruções paralisantes. Nesse sábado, 4, teve início o ano eleitoral. O que poderia vir a ser um limitador para sua aprovação não deixa de ser parte da plataforma daqueles que buscam a recondução dos seus mandatos. "É uma reforma para lavar a imagem da Câmara nas águas do Rio Jordão", diz um parlamentar envolvido no tema, numa alusão à necessidade de purificação daquela Casa.

"Não é possível enfrentar essa boa maré do governo sem ser propositivo" Pedro Paulo

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20251006>

# Crise do metanol se espalha pelo país

**ALÍCIA BERNARDES E EDUARDA ESPOSITO**

A crise causada pela contaminação de bebidas alcoólicas com metanol se intensifica no país e mobiliza governos estaduais em diferentes regiões. Segundo o Ministério da Saúde, o número de casos subiu para 225, sendo 15 óbitos. Ontem, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro anunciaram novas medidas para conter o avanço das intoxicações.

Enquanto o governo paulista divulgou um balanço com dezenas de prisões e apreensões, o Paraná confirmou os primeiros casos fora de São Paulo, e o Rio investiga uma possível contaminação em Niterói.

O governador paulista Tarcísio de Freitas (Republicanos) informou que 41 pessoas foram presas neste ano por adulteração de bebidas, sendo 19 delas apenas na última semana, depois que os casos estouraram. A força-tarefa estadual já fechou quatro fábricas clandestinas e apreendeu mais de 78 mil rótulos falsificados, sete mil garrafas com conteúdo alcoólico e 53 mil embalagens vazias. O governo determinou o cancelamento da inscrição estadual de estabelecimentos flagrados vendendo bebidas adulteradas e intensificou a fiscalização em bares e distribuidoras.

O estado continua sendo o epicentro da contaminação no Brasil.

São Paulo registra 162 casos suspeitos de intoxicação por metanol, sendo 14 confirmados, distribuídos em 27 municípios. Sete mortes estão sob investigação, e a capital concentra o maior número de ocorrências, com 11 confirmações e 75 casos em análise. Até o momento, duas mortes foram oficialmente atribuídas ao consumo de bebidas adulteradas: a do empresário Ricardo Lopes Mira, em 15 de setembro; e a de Marcos Antônio Jorge Júnior, de 46 anos, que faleceu na última quinta-feira.

O avanço das investigações também alcança o Paraná, que confirmou, neste domingo, os dois primeiros casos de intoxicação por metanol fora de São Paulo. As vítimas são dois homens, de 60 e 71 anos, que consumiram bebidas alcoólicas em Curitiba. Exames laboratoriais comprovaram a presença da substância. A Polícia Civil apreendeu garrafas suspeitas nos locais onde as bebidas foram ingeridas e busca identificar possíveis pontos de adulteração e distribuição.

O governo estadual não divulgou detalhes sobre o estado de saúde dos pacientes nem o tipo de bebida consumido.

No Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Saúde investiga o primeiro caso suspeito de intoxicação.

A paciente, moradora de Niterói, relatou ter consumido bebida alcoólica na Lapa, região boêmia da capital fluminense. O exame que confirmará ou descartará a contaminação está sendo realizado pelo Lacen-RJ, em parceria com a Unicamp e a Fiocruz. Em resposta ao alerta nacional, o governo fluminense criou uma sala de situação.

O Rio também intensificou a fiscalização em bares e distribuidoras neste fim de semana. Uma operação conjunta cumpriu 21 mandados de busca e apreensão e resultou em uma prisão e oito conduções à delegacia. O governo também lançou uma cartilha educativa para ajudar os consumidores a identificar bebidas adulteradas - com orientações sobre rótulos falsos, selos fiscais ausentes e preços muito abaixo do mercado.

## Balanço

Em boletim divulgado na noite de ontem, o Ministério da Saúde informou que as notificações por intoxicação chegaram a 225, contra 195 no dia anterior. Até o momento, 16 casos foram confirmados com testes laboratoriais, e outros 209 ainda estão em investigação.

Já o número de óbitos é de 15, sendo dois confirmados. As informações foram enviadas à pasta pelas secretarias estaduais até as 16h de domingo.

A autoridades mantêm o alerta para que a população evite o consumo de bebidas de procedência desconhecida e denuncie estabelecimentos suspeitos de comercialização irregular.

\*\*

AGU notifica Meta por anúncios de itens para adulteração

A Advocacia-Geral da União (AGU) notificou a Meta, dona do Instagram, WhatsApp e Facebook, para que retire do ar ou bloqueie conteúdos e grupos que estejam promovendo a venda ilegal de lacres, tampas, rótulos e garrafas de bebidas alcoólicas.

Os itens são usados na adulteração dos produtos. A ação, anunciada ontem pela AGU, ocorre depois dos quase 200 casos de intoxicação por metanol por todo o Brasil.

Diante da gravidade do ocorrido, a AGU deu um prazo de 48 horas para que a Meta preste esclarecimentos.

De acordo com o órgão, caso a empresa não cumpra a decisão, poderá sofrer medidas judiciais nas esferas civil, administrativa e criminal.

A AGU tomou a iniciativa depois que uma matéria da BBC News Brasil mostrou um intenso comércio clandestino desses materiais nas plataformas da Meta. De acordo com a Advocacia, os anúncios oferecem produtos de marcas conhecidas e até falsos "**selos da Receita Federal**".

As práticas violam normas sanitárias, penais e de defesa do consumidor, podendo configurar crime contra a saúde pública. A AGU ressaltou também que a falta de moderação desses conteúdos contraria as próprias políticas das plataformas, que proíbem expressamente a venda de materiais voltados à falsificação (EE).

**Site:**

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7885/06-10-2025.html?all=1>

# Casos confirmados de intoxicação aumentam para 16

O Ministério da Saúde informou ontem à noite que o número de casos confirmados de intoxicação por metanol após ingestão de bebida alcoólica aumentou para 16. Dois deles foram diagnosticados em Curitiba (PR), os primeiros fora do Estado de São Paulo. Além disso, estão sendo analisadas outras 209 notificações suspeitas, que ainda aguardam o resultado de exames de laboratório.

Do total de 225 registros, 192 estão em São Paulo (14 confirmados e 178 em investigação). Segundo o órgão, no domingo, o Ceará notificou o primeiro caso suspeito. Ao todo, são 13 Estados com notificações: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul,

Mato Grosso, Pernambuco, Paraná, Rondônia, São Paulo, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraíba e Ceará. Bahia e Espírito Santo tiveram os casos registrados descartados. Há duas mortes confirmadas no país, ambas em São Paulo, e 13 em investigação.

No Paraná, as vítimas são dois homens, de 60 e 71 anos, que consumiram bebidas em Curitiba. Segundo o governo do Estado, garrafas de bebida consumidas pelos homens foram apreendidas pela polícia, que investiga o caso. Não foi informado qual produto os homens consumiram e nem o estado de saúde deles.

Na Bahia, duas ocorrências suspeitas de intoxicação por metanol foram descartadas pelo governo local ontem, após laudos laboratoriais, segundo a Secretaria de Saúde do Estado. Em ambos os casos foram analisadas amostras de sangue dos pacientes e as bebidas consumidas por eles. "As investigações apontaram que não houve contaminação nem adulteração", afirmou a Secretaria.

O Ministério da Saúde começou no sábado a distribuição do antídoto usado no tratamento de intoxicações por metanol. Receberão o etanol farmacêutico os Estados que formalizaram pedido de reforço de estoque. Nesta primeira remessa, 580 ampolas vão chegar a Pernambuco (240), Paraná (100), Bahia (90), Distrito Federal (90) e Mato Grosso do Sul (60).

Enquanto isso, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) deu aval para a importação de 2,6 mil frascos de fome-pizol, outro antídoto usado nesses

casos. A autorização foi concedida ontem, em caráter excepcional, dado que o produto não tem registro na Anvisa. O Ministério da Saúde comprará 2,5 mil frascos, e outros 100 serão doados pelo fabricante. A importação será feita pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas). A agência não informou qual o prazo de entrega.

Em outra frente de atuação do governo, a Advocacia-Geral da União (AGU) notificou a empresa Meta, responsável pelo Facebook e Instagram, para que bloqueie e remova conteúdos e grupos que promovem a venda ilegal de lacres, tampas, rótulos e garrafas de bebidas alcoólicas.

De acordo com a AGU, a empresa tem 48 horas para informar as providências adotadas para identificar e moderar os conteúdos ilícitos, além de preservar provas (como registros de publicações, autores e mensagens). Se o pedido não for atendido, a Meta pode ser acionada com medidas judiciais nas esferas civil, administrativa e criminal.

Na notificação, o órgão citou reportagem da BBC News Brasil, que revelou a existência de um intenso comércio clandestino desses materiais em comunidades do Facebook. Os anúncios oferecem produtos de marcas conhecidas e até falsos "selos da **Receita Federal**", com entrega em todo o país e venda em larga escala para grupos e comunidades com milhares de participantes.

Procurada, a Meta afirmou que não iria se manifestar neste momento.

Treze Estados registram casos suspeitos de intoxicação por metanol

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251006>

# Carf mantém autuação milionária da Triunfo

O **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** manteve, por maioria, uma autuação fiscal milionária contra a Triunfo Participações e Investimentos (TPI), holding dona da concessionária do Aeroporto de Viracopos (Campinas-SP), a Aeroportos Brasil Viracopos S.A (ABV). A Triunfo tentava abater do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL de 2017 investimentos feitos na concessionária por conta de pedido de relicitação. Mas o tribunal deu vitória à União, representada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

É a primeira vez que o **Carf** discute o abatimento de prejuízos por conta de relicitação, até pela legislação ser recente, de 2017 (Lei nº 13.488). Eram discutidas sete infrações diferentes que, somadas, representavam R\$ 1 bilhão. Na principal, os auditores fiscais alegam que a empresa não poderia ter feito a dedução do contrato da base dos **tributos** federais, por ainda estar ativo.

A companhia alegou que não teve o resultado esperado com o aeroporto, por isso, pediu a relicitação ao governo federal, em 2017. Naquele momento, enfrentava grave crise financeira, o que motivou, no mesmo ano, o pedido de recuperação judicial das controladas Aeroportos Brasil S.A (ABSA) e ABV, processo encerrado em 2020.

Na visão da Triunfo, pela Lei de Relicitação, a nº 13.488, a mera manifestação do desejo de devolver a concessão encerraria a relação contratual e iniciaria uma nova. Por isso, poderia abater a relação contratual anterior. Ela se baseou no conceito contábil de "perecimento do empreendimento". Uma vez que ele não se viabilizou, perdeu valor, e essa perda poderia ser abatida do lucro da holding.

A companhia se baseou no artigo 31 do Decreto Lei nº 1.598, de 1977, modificado pela Lei nº 12.973, de 2014. O dispositivo estabelece o "perecimento" como um dos elementos para classificar o ganho ou perda de capital no lucro real. Na visão da Triunfo, para o perecimento de um investimento ocorrer, não é necessário que ele deixe de existir. Ele deve ser constatado pela sua "inviabilidade econômica e consequente descontinuação, que significa, fundamentalmente, o seu término".

O relator do caso, Ricardo Piza Di Giovanni, concordou com esse argumento, mas ficou vencido. Entendeu que a inviabilidade econômica de uma concessão, mediante pedido formal de relicitação,

justificam a baixa contábil do investimento. "O pedido de relicitação, por si só, caracteriza a descontinuação do investimento, a justificar sua baixa por perecimento na contabilidade da empresa", afirma ele, no voto.

No âmbito regulatório, o processo para relicitar está em um limbo. O prazo para publicar o edital de relicitação, encerrado em junho, foi descumprido pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). No momento, discute-se acordo para a empresa continuar na concessão ou aplicar a caducidade.

Nessa última hipótese, não haveria relicitação e a operação do aeroporto voltaria para o governo federal. Ainda existem duas arbitragens sobre o contrato, uma sobre multas e reequilíbrios, e outra que perderia objeto se a empresa continuasse com Viracopos.

No julgamento do **Carf**, que teve inúmeros pedidos de vista, os conselheiros rejeitaram o argumento do contribuinte e mantiveram, em parte, a decisão da primeira instância administrativa (Delegacia Regional de Julgamento). A análise ocorreu no fim de setembro, na 2ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção (processo nº 11282.720071/2021-62).

Uma das acusações era a de planejamento tributário abusivo. A Fazenda Nacional entendia que a Triunfo teria artificialmente criado prejuízos com a concessão do aeroporto e outros investimentos, como de cabotagem, para abater do ganho obtido com a venda da empresa portuária, a Portonave S/A, no valor de R\$ 1,3 bilhão. Com isso, a empresa pagaria menos IRPJ e CSLL. A multa foi derrubada, pois não houve prova de conduta de má-fé.

Prevaleceu a tese da União de que, como o aeroporto segue sob controle da TPI e a relicitação ainda não ocorreu, não se caracteriza o "perecimento do ativo", o que não autoriza a dedução dos investimentos como despesa.

"A empresa considerou que como fez o pedido de relicitação, não teria mais direito à concessão, então classificou o dinheiro investido como perdido. Isso aconteceu em 2017, mas nunca terminou o processo de relicitação, continua até hoje", afirma o procurador da Fazenda Nacional Paulo Riscado, que atuou no caso.

Como a empresa continuou explorando economicamente o aeroporto, acrescenta, "não pode dizer então que todo o valor que se investiu se

perdeu". Esse caso é um dos casos prioritários da PGFN pelo valor e pela matéria discutida. "É um crédito tributário elevado que está sendo recuperado e, como precedente, é relevante para todas as concessionárias com possibilidade de relicitação", diz.

Em nota ao Valor, a Triunfo disse aguardar a publicação da decisão para "tomar as medidas cabíveis". A Anac não deu retorno até o fechamento da edição.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/188355>

# Carta magna - APOSENTADOS

## EMÍDIO REBELO FILHO

A nossa Constituição, Lei Maior da República Federativa do Brasil, completou no dia 5 de outubro, 37 anos de existência.

Data em que o povo brasileiro foi contemplado com uma Constituição muito bem elaborada e definida pelo presidente da Comissão Constituinte, deputado federal Ulisses Guimarães, de Constituição Cidadã. Sua frase marcante e de referência ao grande, elevado e significativo ato, deve ser observada e lembrada sempre por todos, principalmente, os nossos representantes em todas as Casas Legislativas: "Discordar, sim! Divergir, sim! Descumprir, jamais!

Afrontá-la, nunca"! Pergunta- se: com as inúmeras emendas que se faz atualmente, permanecerá ainda na defesa plena por cidadania?

## CÍRIO

O Círio de Nossa Senhora de Nazaré será realizado no próximo domingo, dia 12 de outubro, e mostrará mais uma vez que a renovação da fé, da crença e do amor à mãe Santíssima é, sem qualquer dúvida, a força propulsora do devoto que não mede esforço para, nesse dia, prestar a sua homenagem fiel como forma de agradecimento pelas graças alcançadas de Deus por sua sublime intercessão. As procissões da Trasladação e do Círio são espetáculos religiosos nos quais todos se reúnem para festejar e homenagear a padroeira dos paraenses e da Amazônia. A beleza da festa é consagrada pelo povo que tem em Nossa Senhora de Nazaré a garantia da proteção do seu manto sagrado e atendidas suas necessidades espirituais e temporais.

## CONFLITOS

Chega a ser inconcebível, abominável, irracional, perverso e tudo o que se possa imaginar de maldade contra o nosso semelhante, quanto ao que está acontecendo nos conflitos entre Israel e a Faixa de Gaza, Ucrânia e Rússia e outros lugares do nosso planeta. Aposentados, pensionistas, pessoas idosas e todos os seres humanos de bom senso que prezam a vida não aceitam mais tanta maldade. Uma matança desenfreada e sanguinária.

Não importa aos beligerantes que sejam crianças, jovens, adultos, mulheres e pessoas idosas.

A ordem é aniquilar, matar e acabar com tudo.

Constata-se o privilégio pelo desrespeito, pelo desprezo e desamor ao que temos de mais sagrado:

A VIDA. O momento é para viver bem, com saúde, alegria, sem perturbações e sem preconceitos.

## PACIFICAÇÃO

A pacificação é necessária e urgente que aconteça.

Não se concebe que nos dias atuais a beligerância esteja presente em atos e fatos desprovidos da prudência, principalmente.

O que vem sendo relatado na mídia sobre os acontecimentos de guerras é assustador e de consequências imprevisíveis, preocupando toda a humanidade. É aterrorizante saber que o massacre entre seres humanos prevalece e serve de glória aos que protagonizam atos não condizentes com o bem comum e, naturalmente, responsáveis por todos aqueles que almejam viver em paz. É nossa obrigação e dever respeitar o semelhante. Não temos o direito de massacrá-lo ou impedi-lo de viver liberdade e dignidade.

## DEFASAGEM

Os aposentados e pensionistas que recebem seus proventos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), reivindicam, mais uma vez, aos deputados federais, que aprovem o Projeto de Lei nº4434/2008, que dispõe sobre a atualização e regularização das aposentadorias e pensões.

O motivo é a defasagem imprópria e inconcebível que sofrem em seus proventos há 34 anos.

Lembram que já são 34 milhões de cidadãs e cidadãos brasileiros, eleitores, que podem decidir uma eleição. O que aposentados e pensionistas reivindicam não é favor e sim um direito fundamental que está consagrado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

## EDUCAÇÃO

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o

exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Dispositivo Constitucional do Capítulo

III - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTE, artigo 205. Com esse propósito reforçamos o pedido para inserção do ensino sobre o envelhecimento nos cursos formais, fundamental e médio e nas Universidades as disciplinas obrigatórias de Gerontologia Social e Geriatria, conforme disposto nas Leis da Política Nacional da Pessoa Idosa e Estatuto da Pessoa Idosa, respectivamente.

#### PERDÃO

"O perdão é um catalisador que cria o ambiente necessário para uma nova partida, para um recomeçar" (Martin Luther King).

**Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com>**

# Governo nega, mas analistas não descartam mudança da meta fiscal

**Rosana Hessel +**

A recente decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que orienta o governo federal a parar de perseguir o piso da meta fiscal, tem chances de ser a desculpa que o Executivo queria para mudar a meta fiscal novamente, como ocorreu poucos meses depois de a regra do arcabouço fiscal ter sido aprovada, em 2024, de acordo com especialistas. Eles lembram que o governo só consegue cumprir as metas de forma contábil, com descontos de despesas - o que tem deixado a regra do arcabouço frouxa, pois os principais gastos obrigatórios do Orçamento seguem crescendo acima do limite de 2,5% acima da inflação previstos. Logo, a conta não fecha.

Diante desse quadro inevitável que ruma para um colapso em 2027 que já está previsto pelo próprio governo no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, enviado em abril ao Congresso, o consenso entre analistas ouvidos pelo Correio é de que o governo precisará arrumar mais receitas ou cortar gastos - algo considerado pouco provável em pleno ano eleitoral -, e, portanto, mudar a meta fiscal será o caminho mais curto, enterrando, assim, de vez a credibilidade do arcabouço fiscal.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

No primeiro ano em que o novo regime fiscal entrou em vigor, as contas públicas apresentaram um rombo fiscal de R\$ 42,9 bilhões, que, após o ajuste metodológico, passou para R\$ 45,4 bilhões - aquém do piso da meta, de saldo negativo de até R\$ 27,7 bilhões. E, em virtude dos descontos do pagamento de precatórios - dívidas judiciais - e de gastos emergenciais para o socorro às vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul, o déficit primário ficou em R\$ 13,5 bilhões, finalmente dentro do limite inferior da meta fiscal que de déficit zero com banda de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para baixo.

Em evento recente do Itaú BBA, em São Paulo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negou a possibilidade de mudança da meta fiscal e reafirmou que o governo pretende cumprir a meta fiscal. Além disso, ainda minimizou a decisão do TCU, mas não convenceu a plateia e especialistas em contas

públicas.

Neste ano, a meta do arcabouço também é de déficit primário zero, com piso de R\$ 31 bilhões e, conforme as estimativas da reprogramação orçamentária, o rombo fiscal deverá ser de R\$ 30,2 bilhões, já considerando os descontos de parte dos gastos com precatórios, de R\$ 43,3 bilhões, menos do que o inicialmente previsto. Mas o rombo fiscal efetivo para o ano está em R\$ 73,5 bilhões - acima da mediana das previsões do mercado, de R\$ 69,9 bilhões, coletadas no Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda. E, no ano que vem, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) enviado ao Congresso prevê um rombo efetivo de R\$ 23,3 bilhões e o cumprimento da meta só é possível após o desconto de R\$ 57,8 bilhões de gastos com precatórios.

Apesar de o governo sinalizar que deve acionar a Advocacia-Geral da União (AGU) para recorrer da decisão do TCU, analistas elogiam a decisão e a consideram tardia. A decisão do TCU é correta, ainda que venha muito tardiamente e após muitos alertas por parte de agentes de mercado. Há risco de que a correta decisão do Tribunal, que ainda cabe recurso pela Fazenda, seja usada como carona para alterar a meta fiscal no próximo ano (eleitoral), avalia Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, também não descarta mudança na meta, principalmente na de 2026, em pleno ano eleitoral, quando o governo tende a aumentar as despesas para se manter no poder. Ele, inclusive, lembra que a decisão do TCU é mais uma sugestão e não tem força de lei. Há uma grande chance (de mudança da meta), porque o déficit primário deverá ficar em torno de R\$ 100 bilhões. Mas o Congresso pode atrapalhar exigindo isso por lei.

Para este ano, Vale prevê um rombo fiscal de R\$ 75 bilhões. Ele ainda reconhece que é difícil ser otimista com o quadro fiscal atual, que tende a piorar no próximo ano, e, portanto, o próximo governo terá de fazer um ajuste fiscal estrutural seja qual for o vencedor nas urnas.

A economista Karina Bugarin, especialista em contas públicas e pesquisadora do LabPub & Nereus

Universidade de São Paulo (USP), também não tem dúvidas de que o governo acabará mudando a meta fiscal, porque não deverá fazer um novo corte de gastos para cumprir a determinação do TCU.

O que está acontecendo agora é que o jogo ficou mais duro: cenário internacional e pressões pré-eleitorais pressionam uma expansão de gastos enquanto o TCU reforça a cobrança da meta. E o Congresso tende a usar a meta como ponto de barganha, como já aconteceu em governos anteriores, como os dos ex-presidentes Dilma Rousseff (PT), Michel **Temer** (MDB) e Jair Bolsonaro (PL).

O especialista em contas públicas Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), também considera a decisão do TCU correta. Ela se ampara na Emenda Constitucional 109, de 2021, que estipula que o Poder Executivo deve garantir a sustentabilidade da dívida pública por meio de resultados fiscais condizentes com essa trajetória. Ocorre que o argumento do governo é válido também e se baseia na Emenda Constitucional 100, de 2019, que tornou o Orçamento impositivo, explica.

Ele lembra que, como a Lei Complementar 200, de 2023 (do arcabouço fiscal) garante o cumprimento formal da meta de primário pelo piso da banda de tolerância, existe aí um conflito de interpretações no regramento jurídico. Claramente, o Executivo tem perseguido o piso da meta fiscal. E o piso tem se mostrado insuficiente para conter o aumento do endividamento em proporção do **PIB**, acrescenta.

O arcabouço fiscal tem duas regras - a da meta fiscal, com suas bandas para cima e para baixo de 0,25% do **PIB**, e a que limita o crescimento das despesas em até 2,5% acima da **inflação**. O regramento foi aprovado em 2024 para substituir o teto de gastos, implementado em 2017, após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Mas, quando era para começar a ser aplicado os gatilhos com o descumprimento - que obrigava cortes de gastos -, a regra do teto ganhou vários puxadinhos para evitar o acionamento dos gatilhos, sendo que o mais grave foram as pedaladas no pagamento de precatórios em 2022, que precisaram ser revertidas no atual governo, contribuindo para a piora na trajetória da dívida pública.

Em dezembro de 2022, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) - que compreende governo federal, **INSS** e governos estaduais e municipais - atingiu 73,5% do **PIB** (R\$7,2 trilhões) em 2022, conforme dados do Banco Central. Em agosto deste ano, a DBGG avançou para 77,5% do **PIB**, somando R\$ 9,6 trilhões - aumento de R\$ 2,4 trilhões desde o início do

atual governo.

A metodologia do BC é diferente da utilizada pelo Fundo Monetário Nacional (FMI), que inclui os títulos do Tesouro Nacional que estão na carteira da instituição, e que elevam a DBGG para 91% do **PIB** e totalizando R\$ 11,3 trilhões em agosto - o que é muito mais preocupante para um país emergente com a taxa básica da economia (Selic) em 15% ao ano e a segunda maior taxa de juro real (descontada a **inflação**) do planeta, atrás apenas da Turquia. Esse endividamento elevado do governo explica a manutenção de taxas de juros elevadas de curto prazo, porque com dívida crescente aumenta o risco de incapacidade de pagamento por parte do governo, aponta o economista Simão Davi Silber, professor da USP.

De acordo com analistas, a explosão da dívida pública não é resultado apenas dos juros elevados. A economista e especialista em contas públicas Selene Peres Nunes, uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), destaca vários problemas na regra do arcabouço fiscal e a principal delas é a meta com banda flexível que, com os descontos de despesas, não ajuda a reduzir o endividamento público. A meta fiscal não se sustenta e a dívida pública está explodindo e, portanto, não é capaz de atender os requisitos para estabilizar o aumento da dívida pública, alerta.

Na avaliação de Selene, a decisão do TCU foi correta, porque ela acaba criando espaço para incluir despesas que não cabem no Orçamento em vez de ser utilizada nos casos emergenciais. Essa história de banda é ruim, porque bastaria ter o centro da meta. O risco fiscal, que é um evento incerto, está previsto na LRF para a reserva de contingência e isso inclui precatórios e demandas judiciais e imprevistos. O que é preciso é uma atuação mais sistêmica do governo na questão de precatórios e também controlar melhor as despesas obrigatórias, além das reformas estruturais, destaca.

A decisão do TCU foi oportuna e ele deveria ter decidido antes, porque a banda da meta está sendo utilizada como uma flexibilidade excessiva que não garante a sustentabilidade da dívida, especialmente, porque há uma sequência de decisões do Executivo e do Congresso que não contribuem para a estabilização da dívida, acrescenta.

Segundo a especialista em contas públicas, o governo precisa cortar as renúncias fiscais que foram incluídas na Emenda Constitucional 109, em 2021, sem que houvesse uma avaliação criteriosa da eficácia dos gastos tributários e que mais pesam na conta de subsídios.

Conforme dados do Ministério do Planejamento e Orçamento, em 2024, os benefícios tributários somaram R\$ 536 bilhões e apenas seis deles, como Simples Nacional, Zona Franca de Manaus e igrejas e entidades sem fins lucrativos respondem por 52,7% desse montante e não podem ser revistos. Há um monte de política que precisa ser avaliada, e é preciso rever essa emenda, defende.

Outro problema no Orçamento, além dos subsídios sem impacto na economia que precisarão ser revistos o quanto antes, é o fato de que várias despesas obrigatórias crescem acima do limite de 2,5% acima da **inflação** previsto no arcabouço fiscal e estão estrangulando os gastos discricionários - que podem ser cortados e que correm o risco de atingir o nível crítico que compromete o funcionamento da máquina pública.

Entre os exemplos estão os gastos com pessoal e encargos e com benefícios previdenciários - que possuem maior peso entre as despesas obrigatórias e estão sendo impulsionados por reajustes salariais e do mínimo acima da **inflação**, além do aumento de contratações do funcionalismo federal, com a retomada dos concursos, como Enem dos Concursos, que teve a primeira prova da segunda edição realizada ontem. Pelas projeções da ministra da Gestão, Esther Dweck, até o fim do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, serão contratados mais de 20 mil a 21 mil servidores.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Não à toa, conforme dados do Tesouro, no acumulado de janeiro a agosto deste ano, essas duas despesas, descontada a **inflação**, cresceram 4,2% e 4,6%, respectivamente. E, no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) do próximo ano, o quadro não deixa de ser igualmente preocupante.

Do montante de R\$ 2,9 trilhões previstos para as despesas obrigatórias, 36,5% são referentes aos benefícios previdenciários e outros 15,6% com pessoal e encargos, totalizando 52% desta rubrica avançando a taxas de crescimento de dois dígitos em relação ao Ploa deste ano, de porque apresentam aumento nominal de 11,5% e 9,3%, respectivamente. Descontada a **inflação** projetada de 4,85% na peça orçamentária, o crescimento real do gasto com benefícios previdenciários seria de 4,45%, e, com pessoal, de 6,65%.

Diante desse quadro, Simão Silber, professor da Universidade de São Paulo (SP), acredita que não há a menor possibilidade de o governo cumprir as metas

do arcabouço fiscal com as despesas obrigatórias crescendo em ritmo acima do limite previsto. Esse tipo de despesa tem, vamos dizer assim, vida própria, porque tem regras de reajuste automáticas e imutáveis, aprovadas em lei pelo Congresso. Portanto, existem várias simulações. Como a receita não vai acompanhar, nós vamos ter nos próximos anos, sistematicamente, duas coisas: a manutenção do resultado primário negativo e um crescimento exponencial da dívida do governo, que é algo semelhante ao que está acontecendo no mundo, pois há um trabalho recente do FMI (Fundo Monetário Internacional) indicando que o endividamento dos vários governos e do setor privado, que está crescendo de forma sistemática.

O economista e consultor Murilo Viana, da GO Associados, reforça que o próximo governo será obrigado a fazer um forte aperto fiscal para evitar um shutdown da máquina pública, pois há gastos obrigatórios também entre as discricionárias.

A recente decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que orienta o governo federal a parar de perseguir o piso da meta fiscal, tem chances de ser a desculpa que o Executivo queria para mudar a meta fiscal novamente, como ocorreu poucos meses depois de a regra do arcabouço fiscal ter sido aprovada, em 2024, de acordo com especialistas. Eles lembram que o governo só consegue cumprir as metas de forma contábil, com descontos de despesas - o que tem deixado a regra do arcabouço frouxa, pois os principais gastos obrigatórios do Orçamento seguem crescendo acima do limite de 2,5% acima da **inflação** previstos. Logo, a conta não fecha.

Diante desse quadro inevitável que ruma para um colapso em 2027 que já está previsto pelo próprio governo no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, enviado em abril ao Congresso, o consenso entre analistas ouvidos pelo Correio é de que o governo precisará arrumar mais receitas ou cortar gastos - algo considerado pouco provável em pleno ano eleitoral -, e, portanto, mudar a meta fiscal será o caminho mais curto, enterrando, assim, de vez a credibilidade do arcabouço fiscal.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

No primeiro ano em que o novo regime fiscal entrou em vigor, as contas públicas apresentaram um rombo fiscal de R\$ 42,9 bilhões, que, após o ajuste metodológico, passou para R\$ 45,4 bilhões - aquém do piso da meta, de saldo negativo de até R\$ 27,7 bilhões. E, em virtude dos descontos do pagamento de precatórios - dívidas judiciais - e de gastos emergenciais para o socorro às vítimas das enchentes

no Rio Grande do Sul, o deficit primário ficou em R\$ 13,5 bilhões, finalmente dentro do limite inferior da meta fiscal que de deficit zero com banda de tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para cima ou para baixo.

Em evento recente do Itaú BBA, em São Paulo, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negou a possibilidade de mudança da meta fiscal e reafirmou que o governo pretende cumprir a meta fiscal. Além disso, ainda minimizou a decisão do TCU, mas não convenceu a plateia e especialistas em contas públicas.

Neste ano, a meta do arcabouço também é de deficit primário zero, com piso de R\$ 31 bilhões e, conforme as estimativas da reprogramação orçamentária, o rombo fiscal deverá ser de R\$ 30,2 bilhões, já considerando os descontos de parte dos gastos com precatórios, de R\$ 43,3 bilhões, menos do que o inicialmente previsto. Mas o rombo fiscal efetivo para o ano está em R\$ 73,5 bilhões - acima da mediana das previsões do mercado, de R\$ 69,9 bilhões, coletadas no Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda. E, no ano que vem, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) enviado ao Congresso prevê um rombo efetivo de R\$ 23,3 bilhões e o cumprimento da meta só é possível após o desconto de R\$ 57,8 bilhões de gastos com precatórios.

Apesar de o governo sinalizar que deve acionar a Advocacia-Geral da União (AGU) para recorrer da decisão do TCU, analistas elogiam a decisão e a consideram tardia. A decisão do TCU é correta, ainda que venha muito tardiamente e após muitos alertas por parte de agentes de mercado. Há risco de que a correta decisão do Tribunal, que ainda cabe recurso pela Fazenda, seja usada como carona para alterar a meta fiscal no próximo ano (eleitoral), avalia Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX Investimentos.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, também não descarta mudança na meta, principalmente na de 2026, em pleno ano eleitoral, quando o governo tende a aumentar as despesas para se manter no poder. Ele, inclusive, lembra que a decisão do TCU é mais uma sugestão e não tem força de lei. Há uma grande chance (de mudança da meta), porque o deficit primário deverá ficar em torno de R\$ 100 bilhões. Mas o Congresso pode atrapalhar exigindo isso por lei.

Para este ano, Vale prevê um rombo fiscal de R\$ 75 bilhões. Ele ainda reconhece que é difícil ser otimista com o quadro fiscal atual, que tende a piorar no próximo ano, e, portanto, o próximo governo terá de fazer um ajuste fiscal estrutural seja qual for o

vencedor nas urnas.

A economista Karina Bugarin, especialista em contas públicas e pesquisadora do LabPub & Nereus Universidade de São Paulo (USP), também não tem dúvidas de que o governo acabará mudando a meta fiscal, porque não deverá fazer um novo corte de gastos para cumprir a determinação do TCU.

O que está acontecendo agora é que o jogo ficou mais duro: cenário internacional e pressões pré-eleitorais pressionam uma expansão de gastos enquanto o TCU reforça a cobrança da meta. E o Congresso tende a usar a meta como ponto de barganha, como já aconteceu em governos anteriores, como os dos ex-presidentes Dilma Rousseff (PT), Michel **Temer** (MDB) e Jair Bolsonaro (PL).

O especialista em contas públicas Alexandre Andrade, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), também considera a decisão do TCU correta. Ela se ampara na Emenda Constitucional 109, de 2021, que estipula que o Poder Executivo deve garantir a sustentabilidade da dívida pública por meio de resultados fiscais condizentes com essa trajetória. Ocorre que o argumento do governo é válido também e se baseia na Emenda Constitucional 100, de 2019, que tornou o Orçamento impositivo, explica.

Ele lembra que, como a Lei Complementar 200, de 2023 (do arcabouço fiscal) garante o cumprimento formal da meta de primário pelo piso da banda de tolerância, existe aí um conflito de interpretações no regramento jurídico. Claramente, o Executivo tem perseguido o piso da meta fiscal. E o piso tem se mostrado insuficiente para conter o aumento do endividamento em proporção do **PIB**, acrescenta.

O arcabouço fiscal tem duas regras - a da meta fiscal, com suas bandas para cima e para baixo de 0,25% do **PIB**, e a que limita o crescimento das despesas em até 2,5% acima da **inflação**. O regramento foi aprovado em 2024 para substituir o teto de gastos, implementado em 2017, após o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Mas, quando era para começar a ser aplicado os gatilhos com o descumprimento - que obrigava cortes de gastos -, a regra do teto ganhou vários puxadinhos para evitar o acionamento dos gatilhos, sendo que o mais grave foram as pedaladas no pagamento de precatórios em 2022, que precisaram ser revertidas no atual governo, contribuindo para a piora na trajetória da dívida pública.

Em dezembro de 2022, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) - que compreende governo federal, **INSS** e governos estaduais e municipais - atingiu

73,5% do **PIB** (R\$7,2 trilhões) em 2022, conforme dados do Banco Central. Em agosto deste ano, a DBGG avançou para 77,5% do **PIB**, somando R\$ 9,6 trilhões - aumento de R\$ 2,4 trilhões desde o início do atual governo.

A metodologia do BC é diferente da utilizada pelo Fundo Monetário Nacional (FMI), que inclui os títulos do Tesouro Nacional que estão na carteira da instituição, e que elevam a DBGG para 91% do **PIB** e totalizando R\$ 11,3 trilhões em agosto - o que é muito mais preocupante para um país emergente com a taxa básica da economia (Selic) em 15% ao ano e a segunda maior taxa de juro real (descontada a **inflação**) do planeta, atrás apenas da Turquia. Esse endividamento elevado do governo explica a manutenção de taxas de juros elevadas de curto prazo, porque com dívida crescente aumenta o risco de incapacidade de pagamento por parte do governo, aponta o economista Simão Davi Silber, professor da USP.

De acordo com analistas, a explosão da dívida pública não é resultado apenas dos juros elevados. A economista e especialista em contas públicas Selene Peres Nunes, uma das autoras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), destaca vários problemas na regra do arcabouço fiscal e a principal delas é a meta com banda flexível que, com os descontos de despesas, não ajuda a reduzir o endividamento público. A meta fiscal não se sustenta e a dívida pública está explodindo e, portanto, não é capaz de atender os requisitos para estabilizar o aumento da dívida pública, alerta.

Na avaliação de Selene, a decisão do TCU foi correta, porque ela acaba criando espaço para incluir despesas que não cabem no Orçamento em vez de ser utilizada nos casos emergenciais. Essa história de banda é ruim, porque bastaria ter o centro da meta. O risco fiscal, que é um evento incerto, está previsto na LRF para a reserva de contingência e isso inclui precatórios e demandas judiciais e imprevistos. O que é preciso é uma atuação mais sistêmica do governo na questão de precatórios e também controlar melhor as despesas obrigatórias, além das reformas estruturais, destaca.

A decisão do TCU foi oportuna e ele deveria ter decidido antes, porque a banda da meta está sendo utilizada como uma flexibilidade excessiva que não garante a sustentabilidade da dívida, especialmente, porque há uma sequência de decisões do Executivo e do Congresso que não contribuem para a estabilização da dívida, acrescenta.

Segundo a especialista em contas públicas, o governo precisa cortar as renúncias fiscais que foram incluídas

na Emenda Constitucional 109, em 2021, sem que houvesse uma avaliação criteriosa da eficácia dos gastos tributários e que mais pesam na conta de subsídios.

Conforme dados do Ministério do Planejamento e Orçamento, em 2024, os benefícios tributários somaram R\$ 536 bilhões e apenas seis deles, como Simples Nacional, Zona Franca de Manaus e igrejas e entidades sem fins lucrativos respondem por 52,7% desse montante e não podem ser revistos. Há um monte de política que precisa ser avaliada, e é preciso rever essa emenda, defende.

Outro problema no Orçamento, além dos subsídios sem impacto na economia que precisarão ser revistos o quanto antes, é o fato de que várias despesas obrigatórias crescem acima do limite de 2,5% acima da **inflação** previsto no arcabouço fiscal e estão estrangulando os gastos discricionários - que podem ser cortados e que correm o risco de atingir o nível crítico que compromete o funcionamento da máquina pública.

Entre os exemplos estão os gastos com pessoal e encargos e com benefícios previdenciários - que possuem maior peso entre as despesas obrigatórias e estão sendo impulsionados por reajustes salariais e do mínimo acima da **inflação**, além do aumento de contratações do funcionalismo federal, com a retomada dos concursos, como Enem dos Concursos, que teve a primeira prova da segunda edição realizada ontem. Pelas projeções da ministra da Gestão, Esther Dweck, até o fim do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, serão contratados mais de 20 mil a 21 mil servidores.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Não à toa, conforme dados do Tesouro, no acumulado de janeiro a agosto deste ano, essas duas despesas, descontada a **inflação**, cresceram 4,2% e 4,6%, respectivamente. E, no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) do próximo ano, o quadro não deixa de ser igualmente preocupante.

Do montante de R\$ 2,9 trilhões previstos para as despesas obrigatórias, 36,5% são referentes aos benefícios previdenciários e outros 15,6% com pessoal e encargos, totalizando 52% desta rubrica avançando a taxas de crescimento de dois dígitos em relação ao Ploa deste ano, de porque apresentam aumento nominal de 11,5% e 9,3%, respectivamente. Descontada a **inflação** projetada de 4,85% na peça orçamentária, o crescimento real do gasto com benefícios previdenciários seria de 4,45%, e, com pessoal, de 6,65%.

Diante desse quadro, Simão Silber, professor da Universidade de São Paulo (SP), acredita que não há a menor possibilidade de o governo cumprir as metas do arcabouço fiscal com as despesas obrigatórias crescendo em ritmo acima do limite previsto. Esse tipo de despesa tem, vamos dizer assim, vida própria, porque tem regras de reajuste automáticas e imutáveis, aprovadas em lei pelo Congresso. Portanto, existem várias simulações. Como a receita não vai acompanhar, nós vamos ter nos próximos anos, sistematicamente, duas coisas: a manutenção do resultado primário negativo e um crescimento exponencial da dívida do governo, que é algo semelhante ao que está acontecendo no mundo, pois há um trabalho recente do FMI (Fundo Monetário Internacional) indicando que o endividamento dos vários governos e do setor privado, que está crescendo de forma sistemática.

O economista e consultor Murilo Viana, da GO Associados, reforça que o próximo governo será obrigado a fazer um forte aperto fiscal para evitar um shutdown da máquina pública, pois há gastos obrigatórios também entre as discricionárias.

**Site:**

**<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/10/7263577-governo-nega-mas-analistas-nao-descartam-mudanca-da-meta-fiscal.html>**

# Atividade esfria, mas 3º trimestre pode ter efeito de estímulo fiscal

**Marcelo Osakabe De São Paulo**

Após um segundo trimestre mais fraco do que o inicialmente imaginado, o ritmo de atividade volta a surpreender negativamente na largada da segunda metade do ano e arrisca jogar o desempenho da economia para mais perto da estabilidade no terceiro trimestre. Embora os indícios de esfriamento da atividade estejam cada vez mais presentes, especialistas destacam que medidas que resultam em estímulo fiscal podem evitar que a economia ande de lado no período.

Em julho, o 1BC-Br, também conhecido como um termômetro do **PIB** calculado pelo Banco Central, registrou queda 0,53% no mês, na série com ajuste sazonal, influenciado pelas quedas de 0,2% da indústria e 0,3% do varejo. Os serviços, ainda ajudados pelo mercado de trabalho aquecido, subiram 0,3%.

Já em agosto, a produção industrial apresentou recuperação ao subir 0,8%, mas apenas compensando parte da queda acumulada de 1,2% nos quatro meses anteriores. Outros indicadores coincidentes disponíveis até aqui mantiveram viés majoritariamente negativo, no cálculo dessazonalizado da inteligência: o fluxo de veículos pesados nas estradas pedagiadas da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodoviárias (ABCR) teve queda de 0,8% em agosto, ao passo que a expedição de papelão ondulado caiu 1,7%. Já em setembro, a carga de energia consumida ficou praticamente estável (-0,04%), segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), enquanto o licenciamento de veículos leves e pesados da Fenabreve registrou queda de 4,9% em relação a agosto e a produção de automóveis pesados da Anfavea subiu 4,7%.

"Os dados setoriais de julho e os coincidentes de agosto passam a impressão de que a economia pode estar um pouco mais frágil até do que se antecipava, partindo de um segundo trimestre já fraco", afirma Rodrigo Nishida, economista da 4intelli-gence. O tarifaço aplicado pelos EUA contra produtos brasileiros ainda não teve efeito visível nos números, em sua avaliação.

A consultoria tem dois indicadores de atividade de alta frequência (nowcasts), um criado a partir dos dados

setoriais do IBGE e outro que se apoia em indicadores coincidentes. Ambos tentam "antecipar" o resultado do **PIB** oficial, divulgado pelo IBGE, e apontam, no momento, para um crescimento do **PIB** ao redor de 1,4% na comparação entre o terceiro trimestre deste ano e o do ano passado. Na comparação com o segundo trimestre deste ano, esse número significa algo ao redor da estabilidade, explica o economista.

Apesar de os números indicarem um cenário mais fraco, Nishida prega cautela. "A sinalização dos nowcast é importante, mas boa parte dos indicadores coincidentes diz muito a respeito de segmentos mais sensíveis ao crédito, que sofrem desaceleração mais aguda", afirma o economista, que mantém sua projeção de alta de 1,8% na comparação interanual e de 0,3% em relação ao segundo trimestre.

No caso do consumo, principalmente varejo e serviços prestados às famílias, indicadores proprietários de bancos apontaram alguma recuperação em agosto em relação a julho, mas muitas vezes por causa da base de comparação fraca dos meses anteriores. O Idat, do Itaú Unibanco, subiu 1,2%, ajudado por altas tanto na abertura de serviços quanto na de bens, nota a economista Natália Cotarelli. Mas a prévia de setembro sugere número fraco e queda na comparação interanual.

"A nossa principal dúvida é em relação ao efeito do pagamento de precatórios em julho. Olhando as aberturas do Idat, nos parece que este será mais um trimestre fraco. No entanto, a gente acha que esses recursos vão injetar algum gás entre agosto e setembro", diz a economista. A projeção oficial do banco para o trimestre é de alta de 0,3% do **PIB** na comparação com o segundo trimestre, mas o acompanhamento em alta frequência sugere algo mais perto de 0,2%, diz.

Os dados do Itaú mostram como o efeito do aperto monetário está mais visível no consumo de bens sensíveis a crédito. Itens como material para construção, eletrodomésticos e veículos caem 4,4% no ano até agosto, segundo o Idat. Já os bens sensíveis à renda - compras em supermercados, vestuário e produtos farmacêuticos, por exemplo - ainda sobem 5,7% no período, mas com trajetória de esfriamento visível ao longo dos últimos meses. Mesmo movimento tem feito o Idat-Serviços, que ainda sobe

3,3% em 2025, mas vem perdendo força.

A equipe do Itaú avalia que o pagamento dos precatórios pode acrescentar até 0,2 ponto percentual ao **PIB** este ano e que seu efeito deve aparecer logo. "A gente monitora o consumo dos indivíduos que recebem esses valores e nossa análise é que esses recursos afetam o consumo no curto prazo, entre 15 e 30 dias. Então, é para aparecer logo. Se não vir até outubro, esse efeito não se transfere para 2026", diz Cotarelli.

Cenário semelhante vê o Santander. O banco trabalha com uma alta de 0,4% para o **PIB** entre julho e setembro, mas o número tem viés de baixa em meio aos dados já divulgados do período, diz o economista Gabriel Couto.

"O nosso tracking de alta frequência indica alta de 0,3% ou mesmo até de 0,2% no trimestre, olhando os números que saíram de agosto. Ainda assim, mantemos o 0,4% de olho nesse impulso fiscal que já começa a ser captado em nossos indicadores proprietários. O Iget varejo mostrou avanço em agosto e na primeira quinzena de setembro. Em especial, segmentos tradicionalmente classificados como sensíveis a crédito, como veículos, móveis e outros bens de maior valor agregado, voltaram a reagir", comenta. "Não vai ser um efeito de grande magnitude como o observado em 2024, mas vai ajudar a impulsionar o consumo."

Ele cita outros dois fatores que sinalizam para uma atividade que não deve ter esfriado muito rápido nestes últimos meses. O primeiro deles é o mercado de trabalho, que manteve a geração de empregos - embora com desaceleração nos últimos meses. Segundo, o ritmo de importações brasileiras não desabou, como seria de se esperar em momentos de virada.

Em estudo recente, o banco mostrou que as importações seguem de perto o ritmo da economia como um todo e estimou, com base nos dados de comércio exterior até a segunda semana de setembro, que o **PIB** deveria crescer perto de 2,9% no trimestre, na comparação interanual. "É um número maior que a nossa própria projeção, de 2%, mas também mostra arrefecimento em relação ao período anterior (3,3%), assim como ocorreu com os dados oficiais", escrevem em relatório Couto e Felipe Kotinda. "Vemos esse movimento como compatível com um pouso suave da atividade, especialmente considerando os dados de julho."

Outro termômetro de alta frequência da economia, as sondagens setoriais da Fundação Getúlio Vargas mostraram melhora tímida em setembro - mas também

a partir de bases baixas: a confiança do comércio subiu 1,6 ponto, interrompendo duas quedas seguidas, a da indústria permaneceu praticamente estável após três pioras seguidas, a dos serviços avançou 1,9 ponto após três quedas seguidas, e a do consumidor subiu 1,3 ponto.

"Entre as famílias, o que impede o indicador de cair é o subíndice de situação atual, o que está de acordo com um mercado de trabalho aquecido e também com a **inflação** em queda. Já a confiança dos empresários tem mostrado fraqueza de forma mais generalizada, tanto no subíndice de perspectivas futuras quanto no de situação atual", diz Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro, do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre).

O Ibre já está na ponta mais conservadora das projeções, estimando alta de 0,2% no período. Ainda assim, não vê espaço para piora adicional. "Enquanto o mercado de trabalho não virar, acho difícil que a economia tenha uma parada mais forte. Os salários seguem em alta forte em termos anuais, e o consumo das famílias representa 63% do **PIB**", pondera Silvia, citando ainda outras medidas de impulso fiscal, como a aceleração dos gastos discricionários da União e Estados no segundo semestre e a devolução de valores das fraudes do **INSS**.

"Economia pode estar um pouco mais frágil até do que se antecipava" Rodrigo Nishida

#### Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Atividade esfria, mas 3º trimestre pode ter efeito de estímulo fiscal

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251006>

# Hugo Motta repete 'modelo Lira' ao multiplicar urgências e acelerar votações para conter desgaste político

**Por Camila Turtelli e Dimitrius Dantas - Brasília**

Marca registrada na gestão de Arthur Lira (PP-AL) à frente da Câmara dos Deputados, a tramitação de projetos em regime de urgência também tornou-se um recurso crescentemente empregado pelo aliado Hugo Motta (Republicanos-PB), que o sucedeu no comando da Casa. O recurso acelera ritos legislativos e permite votação direta em plenário, sem passar por comissões. Levantamento do GLOBO indica que o total de urgências aprovadas pelos deputados multiplicou-se por seis desde o início do ano, quando Motta assumiu.

Em fevereiro, foram cinco textos chancelados nesse formato. No mês passado, o número saltou para 29 - o maior volume mensal de 2025. Ao todo, o mecanismo foi acionado 105 vezes ao longo do ano, com picos a partir do segundo semestre. Logo após o desgaste em torno da PEC da Blindagem, proposta que ampliava a proteção de parlamentares em ações na Justiça e acabou enterrada no Senado, Motta votou em bloco a urgência de oito projetos de segurança, e o pacote deve ter o mérito votado na semana que vem.

Motta diz que os requerimentos de urgência são apresentados em consenso com o colégio de líderes, em uma decisão coletiva. O deputado nega que o expediente seja usado de forma excessiva na Casa.

- Colocamos em urgência só o que precisa ser votado com agilidade, como projetos ligados à segurança pública, à proteção de crianças e adolescentes, entre outros. No início de setembro, por exemplo, aprovamos a urgência de uma série de projetos que tratam, ao final, do combate à fome no Brasil. Como agir diferente? - afirmou.

A agenda da Câmara, no entanto, tem mostrado o crescimento do uso dos requerimentos, repetindo a lógica usada por Lira em 2024. Na ocasião, a Câmara bateu recorde ao aprovar 77 urgências apenas no primeiro semestre.

Pelo regimento interno, os projetos de lei precisam, em regra, ser analisados em comissões temáticas antes de chegarem ao plenário. São nessas etapas que o

texto é discutido com mais profundidade, recebe parecer técnico e pode ser modificado. O requerimento de urgência, porém, encurta esse processo. Quando aprovado, permite que a proposta seja votada diretamente pelo conjunto dos deputados, sem passar pelas comissões.

Os temas escolhidos por Motta para tramitar em urgência têm variado. Em setembro, a Câmara aprovou, por 311 a 163 votos, o regime para a anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro. O texto original, apresentado por Marcelo Crivella (Republicanos-RJ) em 2023, será substituído por uma nova versão, mas a votação da urgência ocorreu mesmo sem acordo sobre o mérito. O caso dividiu partidos, colocou em pauta a possibilidade de inclusão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e gerou reação do Palácio do Planalto, que se posicionou contra.

Um mês antes, os deputados aprovaram em segundos a urgência para o projeto que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais. O mérito foi aprovado na última semana por unanimidade, em medida de forte impacto social. Motta argumenta que, apesar da aprovação da urgência do IR, foi criada uma comissão que ouviu especialistas, parlamentares e a sociedade civil:

- Temos adotado postura mais criteriosa, com foco no que realmente precisa ser votado com rapidez. Trabalho sempre no diálogo com o colégio de líderes, buscando consensos e sintonizando a Câmara às demandas dos brasileiros.

A Casa aprovou na quinta-feira a urgência para o projeto que transforma em crime hediondo a falsificação de bebidas, em meio a intoxicações por metanol. Parado desde 2007, o texto foi recuperado diante da comoção.

Para a cientista política Beatriz Rey, pesquisadora do Congresso, o instrumento em si é legítimo, mas seu uso repetido compromete o funcionamento das instituições legislativas:

- A gente tem observado na Câmara uma banalização do requerimento de urgência, o que eu chamei de

desinstitucionalização. Esse exemplo da anistia, por exemplo, foi votado sem que os parlamentares conhecessem o texto.

Na área fiscal, em julho, foi dada urgência a um projeto que prevê corte gradual de 10% em incentivos tributários, proposta estimada para gerar até R\$ 20 bilhões em arrecadação. Em maio, outro caso ganhou destaque: a urgência do projeto que proíbe descontos automáticos em aposentadorias, após a Polícia Federal identificar fraudes bilionárias em mensalidades cobradas sem autorização de beneficiários do **INSS**.

O mecanismo também foi acionado em temas internos, como no projeto que cria 18 novas cadeiras de deputados federais, medida estimada em R\$ 64,6 milhões por ano e que evitou perdas de vagas por estados após o Censo de 2022. Outro exemplo veio em agosto, quando a Câmara, após motim de bolsonaristas, acelerou a proposta que amplia punições para deputados que obstruam votações ou promovam tumultos em plenário.

- A tramitação abreviada permite respostas rápidas a demandas emergenciais, como casos de calamidade. Mas o uso excessivo, ampliado desde a pandemia, torna o processo legislativo menos participativo e mais concentrado nos líderes e nos presidentes das Casas - avalia o cientista político Murilo Medeiros, da Universidade de Brasília (UnB).

Entre deputados, há visões divergentes. Alguns avaliam que o excesso de urgências diminui o papel das comissões e empobrece o debate legislativo. Outros defendem que o mecanismo garante celeridade a pautas relevantes e responde mais rapidamente às demandas da sociedade.

- Essa semana o plenário analisou oito requerimentos de urgência voltados à segurança pública. É isso que a população espera: rapidez na aprovação de projetos que melhorem sua qualidade de vida. O Parlamento não pode ser engessado, precisa agir com agilidade e exatidão para atender os anseios da população - frisa Coronel Tadeu (PL-SP).

No mês passado, a Casa aprovou a urgência de projeto que obriga as empresas de aplicativos a concederem vale-refeição a entregadores. No entanto, já há em curso na Casa uma comissão presidida pelo deputado Joaquim Passarinho (PL-PA) para tratar sobre a regulamentação da categoria.

- É um curtume que vem se alargando com o tempo. Muito ruim, desqualifica o debate. Acabamos de votar uma urgência sobre aplicativos tendo uma comissão para isso - lamenta Passarinho.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/10/06/hugo-motta-repete-modelo-lira-ao-multiplicar-urgencias-e-acelerar-votacoes-para-conter-desgaste-politico.ghtml>**

# Lobista investigado por fraudes no INSS recebeu R\$ 19,2 milhões da JEF

**Natália Portinari**

O lobista Danilo Berndt Trento, investigado pela Polícia Federal por suspeita de fraudes nos descontos de aposentados, recebeu R\$ 19,2 milhões da JEF, dona da JBS, segundo relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) enviado à CPMI do **INSS**.

Os repasses foram realizados entre janeiro de 2023 e abril de 2025 em três transações da JEF para a sua empresa, T5 Participações Ltda, e depois transferidos para o lobista. Eles são citados entre diversas movimentações financeiras atípicas do empresário.

No relatório, as transações do empresário são descritas pelas instituições financeiras como indicações de lavagem de dinheiro e ocultação de origem ilícita dos recursos.

Questionada, a JEF disse que "não realizou nenhum pagamento à pessoa mencionada pela reportagem". A empresa não esclareceu as circunstâncias dos repasses feitos à T5, conforme apontado pelo Coaf.

"Todos os pagamentos realizados pelo grupo seguem a legislação e as políticas de compliance da companhia."

O lobista também foi procurado desde sexta-feira (3) para esclarecer o motivo do pagamento. Ele disse que se manifestaria por escrito, mas, depois de ser questionado sobre a JEF, parou de responder.

As movimentações da empresa de Trento, incluindo o pagamento da JEF, foram consideradas suspeitas. "O volume transacionado é desproporcional em relação à receita bruta anual esperada para empresas desse segmento, o que levanta questionamentos sobre a origem e a justificativa dos recursos", diz o relatório.

"O alto volume de recursos movimentados em um curto período indica uma possível dissimulação patrimonial ou uso da empresa como fachada para atividades ilícitas."

"A empresa recebeu um volume financeiro significativo de terceiros sem relação evidente com sua atividade principal, não pôde ser vinculada a transações comerciais legítimas, seja na condição de clientes ou

fornecedores. A ausência de um fundamento econômico claro sugere a possível interposição de terceiros para ocultação da real origem dos valores, frequentemente utilizadas para dispersar recursos de origem duvidosa e dificultar sua rastreabilidade."

Trento, que mora em São Paulo, tem envolvimento com diversos segmentos de negócios. Foi investigado pela CPI da Covid como diretor institucional da Precisa Medicamentos, empresa acusada de fraude na negociação da vacina indiana Covaxin.

Em sua oitiva na CPI, em 2021, foi apontado também que ele participava do lobby por um projeto de lei no Senado para legalizar cassinos no Brasil.

Agora, apareceu nas investigações sobre o **INSS**, especialmente pela ligação com o empresário Maurício Camisotti, que a PF considera sócio oculto da Ambec (Associação dos Aposentados Mutualistas para Benefícios Coletivos), uma das associações suspeitas de fraudar autorizações de aposentados para fazer descontos.

A PF suspeita que Trento atuasse no braço financeiro do esquema de desvios. Ele pagou uma viagem para um dos servidores do **INSS** investigados.

Do final de 2022 até hoje, instituições financeiras fizeram 30 comunicações sobre ele ao Coaf -as comunicações são obrigatórias para transações com alto risco de irregularidades.

Um banco em que Trento tem conta informou, por exemplo, que seu cliente recebeu recursos através de empresas de intermediação, um tipo de transação que costuma ser "amplamente explorada" em segmentos como criptoativos, jogos de azar e apostas.

A T5 estava no nome de Trento até março de 2024, quando foi transferida a uma pessoa chamada Francine da Rosa. Segundo instituições financeiras que fizeram comunicações ao Coaf, é uma possível laranja, já que sua renda é estimada em R\$ 1,6 mil. O UOL não conseguiu entrar em contato com ela.

A CPI da Covid também tinha levantado suspeitas sobre as contas do lobista. De 2020 a 2021, ele movimentou R\$ 2 milhões por mês, o que o Coaf caracterizou na época como uma "movimentação de

recursos incompatível com o patrimônio, a atividade econômica ou a ocupação profissional e a capacidade financeira" dele.

O relatório final da comissão apontou a participação de Trento em fraude em contrato, participação em organização criminosa e improbidade administrativa, mas seu nome ficou de fora dos denunciados pelo MPF (Ministério Público Federal) no caso.

As movimentações financeiras mostram também que a T5 fez um pagamento de R\$ 90 mil à TAP (Táxi Aéreo Piracicaba), empresa de fretamento de aeronaves suspeita de envolvimento com o PCC. A data dessa transação não é identificada.

Além disso, em 2024, o lobista enviou cerca de R\$ 700 mil a uma conta do BK Bank, fintech que, segundo a Operação Carbono Oculto, da PF, era usada pela organização criminosa para lavar dinheiro. A origem do dinheiro "não é corroborada", segundo o relatório. O próprio banco reportou as suspeitas.

"Em contato com o cliente, (Trento) informou que a operação questionada se refere ao recebimento de um contrato de mútuo (empréstimo), mas não apresentou documento que comprove a operação", diz o documento do Coaf.

Ao BK, ele alegou um aumento nas suas movimentações em razão de R\$ 1,3 milhão que teria recebido pela venda de sua participação na T5 Participações em 2024.

A Táxi Aéreo Piracicaba e o BK Bank foram procurados, mas não responderam. Sobre a Operação Carbono Oculto, o BK Bank afirmou nesta semana ao UOL que não possui "qualquer relação com o crime organizado ou com as pessoas apontadas como investigadas".

Outra ligação de Trento é com Gabriel Mascarenhas Sobral, investigado pela PF na Operação Overclean por suspeita de envolvimento com o desvio de recursos de emendas parlamentares. Ele pagou R\$ 70 mil a Sobral em 2024.

Procurado, Sobral, que também é de São Paulo, disse que Trento é seu amigo, mas que nunca fez negócios com ele. Os R\$ 70 mil podem ter sido para dividir as despesas de alguma viagem, especulou, dizendo não lembrar.

**Site:** <https://noticias.uol.com.br/colunas/natalia-portinari/2025/10/06/lobista-investigado-por-fraudes-no-inss-recebeu-r-192-milhoes-da-jf.htm>

# Gargalos orçamentários na máquina pública

Outro problema no Orçamento, além dos subsídios sem impacto na economia que precisarão ser revistos o quanto antes, é o fato de que várias despesas obrigatórias crescem acima do limite de 2,5% acima da **inflação** previsto no arcabouço fiscal e estão estrangulando os gastos discricionários - que podem ser cortados e que correm o risco de atingir o nível crítico que compromete o funcionamento da máquina pública.

Entre os exemplos estão os gastos com pessoal e encargos e com benefícios previdenciários - que possuem maior peso entre as despesas obrigatórias e estão sendo impulsionados por reajustes salariais e do mínimo acima da **inflação**, além do aumento de contratações do funcionalismo federal, com a retomada dos concursos, como "Enem dos Concursos", que teve a primeira prova da segunda edição realizada ontem. Pelas projeções da ministra da Gestão, Es-ther Dweck, até o fim do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, serão contratados mais de 20 mil a 21 mil servidores.

Não à toa, conforme dados do Tesouro, no acumulado de janeiro a agosto deste ano, essas duas despesas, descontada a **inflação**, cresceram 4,2% e 4,6%, respectivamente. E, no Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) do próximo ano, o quadro não deixa de ser igualmente preocupante.

Do montante de R\$ 2,9 trilhões previstos para as despesas obrigatórias, 36,5% são referentes aos benefícios previdenciários e outros 15,6% com pessoal e encargos, totalizando 52% desta rubrica avançando a taxas de crescimento de dois dígitos em relação ao Ploa deste ano, de porque apresentam aumento nominal de 11,5% e 9,3%, respectivamente. Descontada a **inflação** projetada de 4,85% na peça orçamentária, o crescimento real do gasto com benefícios previdenciários seria de 4,45%, e, com pessoal, de 6,65%.

Diante desse quadro, Simão Silber, professor da Universidade de São Paulo (SP), acredita que não há a menor possibilidade de o governo cumprir as metas do arcabouço fiscal com as despesas obrigatórias crescendo em ritmo acima do limite previsto. "Esse tipo de despesa tem, vamos dizer assim, vida própria, porque tem regras de reajuste automáticas e imutáveis, aprovadas em lei pelo Congresso. Portanto, existem várias simulações. Como a receita não vai acompanhar, nós vamos ter nos próximos anos, sistematicamente, duas coisas: a manutenção do

resultado primário negativo e um crescimento exponencial da dívida do governo, que é algo semelhante ao que está acontecendo no mundo, pois há um trabalho recente do FMI (Fundo Monetário Internacional) indicando que o endividamento dos vários governos e do setor privado, que está crescendo de forma sistemática."

O economista e consultor Murilo Viana, da GO Associados, reforça que o próximo governo será obrigado a fazer um forte aperto fiscal para evitar um shutdown da máquina pública, pois há gastos obrigatórios também entre as discricionárias. (RH)

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/10/06/all.pdf>

# Fundo eleitoral previsto para 2026 é injustificável (Editorial)

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) estabeleceu que o fundo destinado a custear a campanha eleitoral do ano que vem, formalmente chamado Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), será de R\$ 4,9 bilhões, quase o quintuplo da proposta orçamentária original, que previa R\$ 1 bilhão. O argumento alegado é adotar valor idêntico ao destinado às eleições de 2022 e 2024. Para conseguir o dinheiro, a CMO rearranjou R\$ 2,9 bilhões das emendas de bancada estadual, mais R\$ 1 bilhão de gastos livres do Executivo. Trata-se de uma manobra sem sentido.

Em termos históricos, a proposta dos parlamentares é mais de 75% acima do que foi gasto nas eleições de 2018 corrigido pela **inflação**. Nominalmente, naquele ano a eleição custou R\$ 1,7 bilhão, ou cerca de R\$ 3 bilhões em valores atualizados. É inconcebível que o Congresso almeje tanto dinheiro a mais para uma campanha que, em razão das facilidades digitais e das regras adotadas pela Justiça Eleitoral, deveria custar menos que as anteriores.

O FEFC, mais conhecido como fundo eleitoral, foi criado em 2017, dois anos depois que o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucional o financiamento de campanhas por empresas, na esteira dos escândalos de corrupção desmascarados pela Operação Lava-Jato. Em tese, o fundo é importante para proporcionar equilíbrio na disputa entre os vários partidos. Mas, desde o início, o Parlamento tentou se aproveitar do novo mecanismo para engordar os gastos.

Nas últimas eleições gerais, em 2022, os recursos do fundo eleitoral permitiram uma despesa de R\$ 31 por eleitor, o triplo do que gasta o México, país com legislação de financiamento de campanha semelhante à brasileira. Estimativas de gasto nas eleições gerais realizadas na Colômbia em 2022 e na Argentina em 2023, em que o Congresso foi renovado em parte ou na totalidade, também comprovam despesas por eleitor muito abaixo das brasileiras.

Já seria, portanto, um gasto enorme, não houvesse tanto desperdício e tanta corrupção. Nas últimas eleições, como se sabe, não faltaram denúncias de recursos usados para promover festas e churrascadas, construir piscinas, comprar talheres e taças de vinho, alugar frotas de carros a preços milionários e outros

descalabros. As prestações de contas claudicantes ao TSE mostram que, na prática, o controle sobre os recursos é cada vez mais frágil. Não por culpa da Justiça Eleitoral. Mas porque as maracutaias detectadas nas análises das contas partidárias tendem a ficar impunes. Há sempre uma movimentação do Congresso para perdoá-las.

Toda democracia tem custo. Mas para tudo deve haver limites, estabelecidos pela racionalidade e por normas legais. O avanço do Congresso sobre o Orçamento, com a multiplicação das emendas parlamentares, já alcança patamares sem paralelo no planeta. Juntem-se a isso os gastos excessivos de campanha propiciados pelo fundo eleitoral, e tem-se a receita infalível para o descontrole, o desperdício e a corrupção.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Juros abusivos condenam o Brasil ao atraso (Artigo)

**RICARDO ALBAN**

Ricardo Alban é empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

É inadmissível que o Brasil tenha de aceitar com normalidade um dos maiores absurdos econômicos do mundo contemporâneo: a taxa básica de juros (Selic) a 15% ao ano diante de uma **inflação** em torno de 5% (IPCA). Mais grave ainda: a **inflação** em maio e junho, quando anualizada, ficou abaixo do centro da meta. Além disso, as expectativas de **inflação** vêm caindo e já estão dentro do intervalo da meta. Por que isso só é considerado quando se trata de elevar a Selic, mas nunca quando se discute reduzi-la?

Os juros no Brasil são uma barreira intransponível ao desenvolvimento. A taxa atual asfixia as empresas, empobrece as famílias, compromete empregos e perpetua a desigualdade. Tudo isso em nome do rentismo. Afinal, nada mudou com a nova direção do Banco Central.

Não existe crescimento sustentável com juros estratosféricos. Não há espaço para inovação, reindustrialização e crédito acessível. O que se vê é a paralisia dos investimentos produtivos, com sequelas para toda a sociedade.

Por que correr riscos investindo em produção quando é possível obter, sem esforço, rendimento real de 10% ao ano aplicando no mercado financeiro? Esse modelo condena o país a andar de lado -ou de marcha à ré - sob a miopia de uma única e cruel ferramenta de política monetária. Quantas economias, mesmo com **inflação** incômoda e quadro fiscal delicado, impõem a seus cidadãos uma taxa real de juros de 10%?

Os juros podem parecer invisíveis, mas seus efeitos são palpáveis e devastadores: encarecem o alimento na mesa, o crédito no banco, o investimento na fábrica e diminuem a esperança de um emprego digno. Impedem o crescimento do pequeno empresário, corroem a base da economia e aprisionam o país numa armadilha de baixo crescimento e alta desigualdade.

A indústria brasileira não se calará diante desse quadro. É hora da mobilização. Empresários, trabalhadores, lideranças políticas e sociedade

precisam se unir para romper essa camisa de força. Juros altos não podem ser naturalizados.

Esse não é um apelo por soluções mágicas ou canetadas improvisadas. Reconhece-se que o patamar atual dos juros reflete uma realidade complexa: dívida pública elevada (e inflada pelos próprios juros), gastos obrigatórios crescentes e indexados, desconfiança dos mercados diante da incapacidade do governo em controlar despesas. Essa realidade precisa ser enfrentada, mas não pode justificar uma política de estrangulamento econômico.

Nesse espírito, o setor produtivo está construindo o pacto Brasil + 25, a ser apresentado aos Poderes constituídos, com propostas de reformas estruturantes e políticas de Estado. O país precisa de uma estratégia para o futuro, não de uma política monetária que nos mantém prisioneiros do passado.

Se fosse fácil, a questão dos juros já estaria resolvida. Mas, por ser difícil e tão danosa, tem de ser enfrentada com coragem e urgência. O Brasil não pode mais se contentar em ser refém de uma política que beneficia poucos e sacrifica milhões.

Baixar os juros de forma consistente e responsável, conjugando medidas críveis de ajuste fiscal, é imperativo. Reformas estruturais não podem seguir sendo adiadas ou usadas como eterna desculpa para manter os juros reais mais altos do planeta. O país precisa alinhar-se à realidade de uma economia globalizada em plena ebulição.

A economia real exige independência em relação ao rentismo e participação efetiva no processo de decisão. Por que não garantir ao setor produtivo assento no Conselho Monetário Nacional? A indústria e a economia real precisam estar representadas onde se definem os rumos do país.

O Brasil precisa de uma nova visão. Uma visão que reposicione o Banco Central e reorienta as políticas públicas para a responsabilidade, a racionalidade e, sobretudo, para o compromisso com o desenvolvimento nacional.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Ganhos no Tesouro Direto deverão ficar mais magros com queda da Selic

O Tesouro Direto oferece atualmente algumas das maiores oportunidades de rentabilidade da última década. No entanto, com a expectativa crescente de que o Banco Central comece a cortar a Taxa Selic no início de 2026, esses retornos podem estar com os dias contados. Enquanto a autoridade monetária mantém a taxa básica em 15% ao ano, o consenso do mercado é que os juros estão próximos ou já no pico do ciclo, e como a projeção de cortes só deve se concretizar quando a **inflação** estiver na meta, os títulos públicos devem continuar a oferecer taxas muito acima da média histórica.

Analistas avaliam que é bom se apressar para aproveitar o cenário tão lucrativo dos títulos públicos, já que, com a queda da Selic, o movimento desses papéis será mais de queda do que de alta. O Tesouro Prefixado com vencimento em 2028, por exemplo, chega a pagar quase 14% ao ano. Já o Tesouro IPCA+, em prazos mais longos, como 2035 ou 2045, tem retomo real (acima da **inflação**) superior a 7% ao ano. Em ambos os casos, os níveis estão bem acima do que costumam ficar.

Na prática, isso significa que o investidor que comprar esses papéis agora pode assegurar ganhos robustos, independentemente do que acontecer nos próximos anos. Caso a Selic comece de fato a cair em 2026, quem comprou agora verá seus títulos se valorizarem pela "marcação a mercado", mecanismo pelo qual os preços dos papéis variam diariamente de acordo com as expectativas de juros. O efeito é direto: quando os juros futuros caem, os títulos prefixados e os indexados à **inflação** (IPCA), comprados anteriormente, ficam mais valiosos, já que oferecem uma taxa maior do que a disponível no mercado naquele momento.

Sidney Lima, da Ouro Preto Investimentos, vê uma oportunidade rara:

-O investidor pode travar uma taxa de dois dígitos com risco soberano (o melhor possível). Quando a Selic começar a cair, esses títulos vão se valorizar de forma significativa.

Antonio Patrus, analista da Bossa In-vest, diz que "Selic em 15% é excepcional, e o juro de hoje não será o juro do futuro". Para ele, o risco de esperar demais é perder a chance:

- Juros não ficam estacionados. Quando o mercado começar a precificar queda da Selic, os prêmios caem rapidamente. É um movimento que pode acontecer em questão de semanas.

## PREFIXADO OU IPCA+?

Para Lima, os prefixados são a principal aposta para capturar ganhos com a queda de juros. Quando a Selic começar a recuar, quem comprou papéis pagando 13% verá valorização expressiva desses títulos no mercado secundário.

Patrus, porém, destaca o caráter defensivo do Tesouro IPCA+, por garantir, mesmo em cenário adverso, que o investidor preserve poder de compra.

Por isso, gestores recomendam uma estratégia combinada: títulos prefixados para horizontes médios, aproveitando a valorização que terão com queda de juros, e os que oferecem IPCA mais um percentual de retorno para prazos longos, garantido um ganho acima da **inflação**, faça chuva ou faça sol.

No entanto, vale manter a questão fiscal no radar. Lima resume aequação:

- Enquanto não houver disciplina nas contas públicas, o mercado vai exigir retorno elevado para financiar a dívida. É esse mesmo retorno que hoje aparece nas taxas do Tesouro Direto.

Esse risco, paradoxalmente, reforça a atratividade. Afinal, nunca foi tão fácil para o investidor pessoa física acessar retornos antes restritos a grandes fundos ou investidores institucionais.

Os especialistas recomendam atenção à forma de investir. Fazer aportes periódicos, em vez de aplicar todo o dinheiro de uma só vez, ajuda a diluir riscos. Assim, mesmo que haja oscilações de curto prazo, o investidor consegue capturar uma média de taxas elevadas.

Leia outras reportagens sobre finanças pessoais e investimentos no site [www.valorinveste.com](http://www.valorinveste.com)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Em meio a desafios, Lula aposta em medidas sociais

**Renan Truffi e Sofia Aguiar De Brasília**

A um ano das eleições de 2026, a cúpula do Palácio do Planalto diz, nos bastidores, que a base do projeto de reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já está lançada. Segundo essas fontes, o tripé da campanha do petista é formado pela tarifa social de energia elétrica, o "Gás do Povo" e, por último, a isenção do Imposto de Renda (IR) para trabalhadores que ganham até R\$ 5 mil. Entre especialistas em contas públicas, contudo, a preocupação é que o governo eleve os gastos às vésperas das eleições e aumente o endividamento público.

Esses projetos foram colocados na rua e ganharam impulso. A expectativa do governo é que, após enfrentar uma série de crises, eles possam elevar a popularidade do presidente. No entanto, os desafios são enormes. Em meio a uma corrida eleitoral polarizada, juros elevados e **inflação** fora da meta, pesquisas de opinião apontam dificuldades do petista em dar respostas para problemas graves como violência e saúde.

A esperança depositada na trinca de iniciativas, porém, tem relação não apenas com o viés social de cada uma delas, mas também com o tamanho do público a ser beneficiado. Nas contas do governo, somente a tarifa social vai diminuir o custo da energia para 60 milhões de brasileiros. Já o "Gás do Povo" garantirá botijão de GLP gratuito para 15,5 milhões de famílias, o que representa cerca de 50 milhões de pessoas. Ele deve demandar R\$ 5,1 bilhões do Orçamento do ano que vem. Já a tarifa social contará com subsídio via Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o que tem sido criticado pela oposição e por especialistas no setor.

Por fim, há o caso da isenção do IR, que está em tramitação no Congresso, mas caminha para permitir que cerca de 15 milhões de contribuintes deixem de pagar o tributo ou passem a recolher menos imposto. Na prática, o público atingido pelas três propostas representa o tamanho da base de apoio que o governo Lula espera ter na largada da campanha eleitoral.

De acordo com interlocutores, há mais iniciativas "no forno" que podem ser implementadas até o ano que vem para tentar dialogar com mais segmentos da população. A mais avançada é um programa para

reforma de casas populares, que deve ser lançado na primeira quinzena deste mês de outubro. Lula já argumentou em mais de uma ocasião que o programa será importante porque existem, segundo ele, cerca de quatro milhões de casas sem banheiro no Brasil.

A partir desse comando do presidente, ficou estabelecido que essa política pública atenderá três faixas de renda. Na faixa 1, que contempla as famílias com renda de até R\$ 3,2 mil, a taxa de juros será de 1,17% ao mês. A faixa 2 vai abranger famílias entre R\$ 3,2 mil e R\$ 9,6 mil e terá taxa de juros de 1,95% ao mês. Já a faixa 3, para quem tem renda superior a R\$ 9,6 mil, ficará um pouco acima disso por considerar a taxa de mercado.

Lula também demandou aos ministérios estudos sobre a possibilidade de o governo propor a implementação da tarifa zero para os ônibus, principalmente aos domingos e feriados. A proposta teria nascido por sugestão do deputado Jilmar Tatto (PT-SP), próximo do chefe do Planalto.

Apesar disso, o Valor apurou que é considerada remota a possibilidade de a gestão petista levar essa discussão à frente ainda neste terceiro mandato. A justificativa é que o desenho para implementar a "tarifa zero" é considerado de extrema complexidade, já que o sistema de transporte público brasileiro é altamente diverso e os estudos disponíveis não refletem a realidade atual. O mais provável é que a medida seja incorporada ao programa eleitoral de Lula em 2026.

Essa informação acalmou os mercados na semana passada, uma vez que o setor privado e especialistas em contas públicas temem que o governo amplie os gastos devido à proximidade das eleições.

Também está em discussão uma proposta para baratear o processo de obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), o que tem apelo nas camadas mais pobres da população. Em outra frente, o Palácio do Planalto está contando com o impacto popular de uma possível linha de crédito voltada a facilitar que trabalhadores de aplicativos possam trocar suas motocicletas. A iniciativa, entretanto, tem esbarrado em uma questão fiscal: a necessidade de um fundo garantidor que dê respaldo para que bancos e instituições financeiras baixem as taxas de juros para um patamar menor do que o praticado atualmente.

O assunto vem sendo discutido na Esplanada há meses - desde que Lula passou a prometer, em eventos públicos, que o governo terá um programa voltado aos motoboys. Apesar das negociações, há uma avaliação em setores da gestão federal de que, para fazer essa política pública vingar, o Executivo terá que entrar com algum tipo de garantia junto ao mercado.

O motivo é que, como o público-alvo do programa são pessoas com pouco ou nenhum crédito na praça, dificilmente os bancos devem aceitar oferecer taxas de financiamento baixas por conta do risco de inadimplência. Diante desse imbróglio, a tendência é que o governo utilize fundos constitucionais que estariam paralisados no momento. Não está claro, no entanto, quais fundos seriam esses.

Apesar de essas medidas serem tratadas como "carro-chefe" do terceiro mandato, auxiliares próximos ao presidente reconhecem que há componentes fiscais e de câmbio que também precisam estar com os ponteiros ajustados para favorecer o sentimento de "melhoria de vida" na população.

O primeiro exemplo, nesse sentido, é o caso do dólar. Conforme revelou o Valor, na visão de assessores próximos do presidente, é importante para a reeleição de Lula que a moeda americana fique abaixo do patamar dos R\$ 5,40, exatamente como tem ocorrido recentemente. Isso porque o preço da moeda americana impacta diretamente os custos de bens de consumo no Brasil, o preço dos alimentos e o combustível.

Por um lado, o elevado patamar da taxa básica de juros, hoje em 15% ao ano, tem auxiliado na acomodação do câmbio. O governo, porém, enfrenta o desaquecimento da economia em virtude do impacto da Selic no crédito e no consumo. No entanto, a **inflação** permanece acima do teto da meta de 3%, que tem variação de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Segundo o último boletim Focus, divulgado pelo BC, a mediana das projeções para o IPCA em 2025 recuou de 4,83% para 4,81%. A expectativa é que os juros comecem a cair apenas ano que vem, tendo as discussões sobre o cenário externo e a questão fiscal como pano de fundo.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20251006>

# Fiscal expansionista reduz efeito da política monetária, diz estudo

**Gabriel Caldeira**

As repetidas surpresas com a resiliência da atividade econômica no Brasil nos últimos anos têm desafiado as projeções de economistas e do mercado, que enxergam no horizonte uma desaceleração mais acentuada em resposta à política monetária restritiva do Banco Central, algo que até agora não se materializou.

De acordo com estudo do banco Inter divulgado com exclusividade ao Valor, o atual ambiente de economia forte mesmo com a Selic em 15% anuais-maior patamar desde 2006

- ocorre por conta da perda de potência da política monetária diante de um forte impulso fiscal que vem desde o ano eleitoral de 2022.

O estudo, realizado por André Valério, coordenador de pesquisa macroeconômica do Inter, e pelo assistente de pesquisa macroeconômica Gustavo Menezes, mostra que os juros altos têm afetado menos a economia em dois dos três canais analisados. Essa "quebra" em relação ao efeito da política monetária se iniciou em meados de 2022.

À época, o teto de gastos foi derrubado na prática e o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro articulou a aprovação da chamada "PEC das Bondades", que liberou recursos e zerou a alíquota de imposto da gasolina até o fim daquele ano.

"E esse perfil de expansão fiscal foi mantido sob o governo Lula", diz Valério. Segundo ele, o aumento do hiato da Selic real - medida extraída da diferença entre a taxa básica e o juro neutro, descontada a inflação

- de 2022 em diante não foi acompanhado de impacto igualmente elevado da restrição monetária sobre o **PIB**, algo que ocorria de modo consistente desde 2007.

"Em momento algum vimos a atividade sentir os efeitos da política monetária [nos últimos anos]. A inflação ficou um pouco mais controlada por conta do arrefecimento do choque de oferta da pandemia, mas logo depois a economia voltou a crescer", diz.

O estudo isola os efeitos da política monetária sobre

os canais de câmbio, das expectativas, riquezas e do crédito. No caso das riquezas, o efeito da Selic contracionista é historicamente menor, já que a população concentra pouco capital em ativos que sofrem com o aperto monetário. Em relação às expectativas, a política fiscal expansionista impede que agentes do mercado confiem que a inflação cairá a 3%, o que naturalmente exige Selic mais alta e por mais tempo para que o BC atinja a meta de inflação.

O canal do câmbio, por sua vez, mostrou perda de potência relevante do aperto monetário. Ao comparar o desempenho do real ante quatro moedas pares (pesos chileno, colombiano e mexicano e sol peruano), Valério e Menezes notam que o desempenho do câmbio doméstico é só um pouco melhor, apesar dos juros muito mais altos.

Em tese, a Selic alta favorece a apreciação do real ante o dólar, uma vez que o estrangeiro ganha com o "carrego" do juro local ante outras economias. Mas, ainda que o real tenha avançado mais de 13% ante o dólar em 2025, movimento similar foi visto em boa parte das principais moedas latino-americanas, o que sugere que não foi o juro alto que ajudou o real, e sim o ambiente global de dólar fraco.

"Não é o real que apreciou. É o dólar que depreciou", diz Valério. "O desempenho do real está alinhado com os pares, e não muito melhor, e eles não têm diferencial tão maior que o nosso [em relação aos EUA]."

Nesse sentido, é possível afirmar que não houve interesse externo particular em relação aos ativos brasileiros, que apenas surfaram a onda de retirada de capital dos EUA para outras geografias, aponta o economista. Assim, os ativos locais ainda sustentam um prêmio de risco relevante em razão, dentre outros pontos, do fiscal.

O estudo destaca que o Brasil teve um período de longa defasagem da resposta da economia à política monetária após o ciclo de as condições para isso." No contexto atual, "o BC tem que ser mais duro que o necessário" avalia.

Apesar da perspectiva de alguma piora fiscal em 2026, Valério não vê alta de juros de 2005. Só em 2007 houve normalização do impulso monetário sobre o

**PIB**, no contexto de mudanças na meta de **inflação** após o choque de 2002.

Assim, é possível que o momento atual também guarde relação com uma política monetária que não necessariamente perdeu eficiência, mas demora mais a bater na atividade. Para Valério, contudo, as evidências ainda sugerem que a potência dos juros altos, de fato, diminuiu nos últimos anos.

Para combater essa tendência, o ideal é que a política fiscal atue de forma mais harmoniosa em relação à monetária. Do ponto de vista do

BC, a única opção é sustentar o discurso conservador e a Selic elevada, de forma a forçar a convergência das expectativas de **inflação** à meta, diz.

"Por conta do fiscal, os agentes entendem que o BC não tem condições de entregar a **inflação** na meta. Se houvesse mais confiança, uma taxa de juros menor poderia criar

obstáculos a alguma flexibilização monetária. O cenário-base do Intcr vê a Selic a 12% no fim de 2026, pouco abaixo dos 12,25% do Focus e, ainda assim, em nível restritivo.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/188355>